

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

Dfs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Dfs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	17
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Relatório da Administração/comentário do Desempenho	19
---	----

Notas Explicativas	30
--------------------	----

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Negativa de Opinião	78
---	----

Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	80
---	----

Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente	81
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	23.514
Preferenciais	39.896
Total	63.410
Em Tesouraria	
Ordinárias	16
Preferenciais	0
Total	16

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	104.075	44.688
1.01	Ativo Circulante	23.685	25.253
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	121	2.603
1.01.03	Contas a Receber	534	55
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	534	55
1.01.03.02.01	Adiantamento a Fornecedores	466	0
1.01.03.02.04	Outras	68	55
1.01.06	Tributos a Recuperar	179	179
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	179	179
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.424	989
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	21.427	21.427
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	21.427	21.427
1.02	Ativo Não Circulante	80.390	19.435
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	80.214	19.199
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	1.209	1.276
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	61.875	0
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	61.875	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	17.130	17.923
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	11.417	11.529
1.02.01.10.04	Impostos a Recuperar	5.713	6.394
1.02.02	Investimentos	23	23
1.02.02.01	Participações Societárias	23	23
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	23	23
1.02.03	Imobilizado	153	213
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	153	213

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	104.075	44.688
2.01	Passivo Circulante	29.519	11.316
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	400	402
2.01.01.01	Obrigações Sociais	102	115
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	298	287
2.01.02	Fornecedores	1.254	629
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.254	629
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	1.254	629
2.01.03	Obrigações Fiscais	165	86
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	165	86
2.01.03.01.02	Imposto de Renda Retido na Fonte	131	72
2.01.03.01.05	Outras	34	14
2.01.05	Outras Obrigações	27.700	10.199
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	8.619
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	0	8.619
2.01.05.02	Outros	27.700	1.580
2.01.05.02.07	Credores por Recuperação Judicial	1.136	508
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	26.564	1.072
2.02	Passivo Não Circulante	619.630	206.049
2.02.02	Outras Obrigações	557.470	155.168
2.02.02.02	Outros	557.470	155.168
2.02.02.02.04	Provisão para Perda com Investimento em Controlada	554.874	152.743
2.02.02.02.05	Credores por Recuperação Judicial	2.596	2.425
2.02.04	Provisões	62.160	50.881
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	62.160	50.881
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	57.119	47.218
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	4.346	3.007
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	695	656
2.03	Patrimônio Líquido	-545.074	-172.677
2.03.01	Capital Social Realizado	301.976	282.999
2.03.02	Reservas de Capital	46.363	18.142
2.03.02.04	Opções Outorgadas	5.329	5.329
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	12.738
2.03.02.07	Bônus de Subscrição	41.034	75
2.03.04	Reservas de Lucros	-233	-233
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-233	-233
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-904.459	-484.864
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	11.279	11.279

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-412.376	-278.241
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.881	-4.726
3.04.02.01	Honorários da Administração	-941	-1.373
3.04.02.02	Plano de Opções de Compra de Ações	0	-18
3.04.02.04	Outras	-2.940	-3.335
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	20.927
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.456	-283
3.04.05.01	Depreciações a Amortizações	-59	-146
3.04.05.02	Outras	-1.397	-137
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-407.039	-294.159
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-412.376	-278.241
3.06	Resultado Financeiro	294	5.060
3.06.01	Receitas Financeiras	1.456	6.034
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.162	-974
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-412.082	-273.181
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-11.486
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-412.082	-284.667
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-7.513	-33.381
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-7.513	-33.381
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-419.595	-318.048
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-8,05888	-11,91814
3.99.01.02	PN	-9,62886	-11,91814
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-8,05888	-11,91814
3.99.02.02	PN	-9,62886	-11,91814

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	-419.595	-318.048
4.03	Resultado Abrangente do Período	-419.595	-318.048

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	19.840	-7.620
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	307	42.708
6.01.01.01	Prejuízo Líquido Antes do IR/CS	-412.082	-273.181
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	60	147
6.01.01.03	Perda com Créditos de Liquidação Duvidosa	-49	0
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	407.039	294.159
6.01.01.05	Resultado na Baixa e/ou Venda de Ativo Imobilizado, Intangível e Investimento	-32	-10
6.01.01.06	Encargos Financeiros s/ Empréstimos e Obrigações	-941	296
6.01.01.07	Planos de Opções de Compra de Ações	0	18
6.01.01.08	Outras Provisões Operacionais	11.221	41.752
6.01.01.09	Realização de lucro na venda de intangível para controlada	0	-20.473
6.01.01.10	Perda (reversão) por redução ao valor recuperável do imobilizado e intangível	-4.909	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	19.533	-50.328
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	49	0
6.01.02.04	Outros Ativos Operacionais	-895	451
6.01.02.05	Fornecedores	625	3
6.01.02.08	Outros Passivos Operacionais	26.427	-1.593
6.01.02.09	Fluxo das Atividades Operacionais das Operações Descontinuadas	-6.673	-49.189
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	32	10
6.02.02	Recebimento Vendas do Ativo Imobilizado	32	10
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-22.354	9.453
6.03.01	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	2.738
6.03.03	Bônus de Subscrição Acionistas	42.182	75
6.03.06	Aumento de Capital Acionistas	5.017	0
6.03.08	Empréstimos Obtidos com a Controlada Líquidos dos Valores Pagos	-69.553	6.140
6.03.09	Fluxo das Atividades de Financiamento das Operações Descontinuadas	0	500
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.482	1.843
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.603	760
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	121	2.603

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	282.999	17.909	0	-484.864	11.279	-172.677
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	282.999	17.909	0	-484.864	11.279	-172.677
5.04	Transações de Capital com os Sócios	18.977	28.221	0	0	0	47.198
5.04.01	Aumentos de Capital	18.977	-12.738	0	0	0	6.239
5.04.08	Bônus de Subscrição	0	40.959	0	0	0	40.959
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-419.595	0	-419.595
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-419.595	0	-419.595
5.07	Saldos Finais	301.976	46.130	0	-904.459	11.279	-545.074

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	282.999	5.078	0	-178.450	11.279	120.906
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	282.999	5.078	0	-178.450	11.279	120.906
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	12.831	11.634	0	0	24.465
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	18	0	0	0	18
5.04.08	Bônus de Subscrição	0	75	0	0	0	75
5.04.09	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	12.738	0	0	0	12.738
5.04.10	Transferencia do Passivo Circulante e Não Circulante	0	0	11.634	0	0	11.634
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-318.048	0	-318.048
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-318.048	0	-318.048
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-11.634	11.634	0	0
5.06.04	Absorção do Prejuízo do Exercício com Reservas de Lucros	0	0	-11.634	11.634	0	0
5.07	Saldos Finais	282.999	17.909	0	-484.864	11.279	-172.677

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	81	20.939
7.01.02	Outras Receitas	32	20.939
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	49	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.915	-2.034
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.824	-2.034
7.02.04	Outros	4.909	0
7.02.04.02	Despesas Operacionais	4.909	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-3.834	18.905
7.04	Retenções	-7.572	-33.528
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-59	-148
7.04.02	Outras	-7.513	-33.380
7.04.02.01	Resultado das Operações Descontinuadas	-7.513	-33.380
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-11.406	-14.623
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-405.583	-288.083
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-407.039	-294.159
7.06.02	Receitas Financeiras	1.456	6.076
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-416.989	-302.706
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-416.989	-302.706
7.08.01	Pessoal	1.296	2.144
7.08.01.01	Remuneração Direta	946	1.393
7.08.01.02	Benefícios	45	226
7.08.01.03	F.G.T.S.	1	1
7.08.01.04	Outros	304	524
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	198	12.297
7.08.02.01	Federais	44	11.815
7.08.02.03	Municipais	154	482
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.112	901
7.08.03.01	Juros	173	408
7.08.03.03	Outras	939	493
7.08.03.03.01	Despesas financeiras	939	493
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-419.595	-318.048
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-419.595	-318.048

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	333.193	852.189
1.01	Ativo Circulante	145.597	233.719
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	28.603	20.464
1.01.03	Contas a Receber	14.860	43.484
1.01.03.01	Clientes	7.333	23.269
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	7.527	20.215
1.01.03.02.01	Adiantamento a Fornecedores	6.662	18.318
1.01.03.02.02	Outras Contas de Fornecedores	620	1.546
1.01.03.02.04	Outras	245	351
1.01.04	Estoques	45.649	102.526
1.01.06	Tributos a Recuperar	33.309	44.175
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	33.309	44.175
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.749	1.643
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	21.427	21.427
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	21.427	21.427
1.02	Ativo Não Circulante	187.596	618.470
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	73.832	203.715
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	1.381	1.614
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	72.451	202.101
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	26.406	34.015
1.02.01.10.04	Impostos a Recuperar	44.579	166.652
1.02.01.10.06	Outros	1.466	1.434
1.02.02	Investimentos	150	150
1.02.02.01	Participações Societárias	23	23
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	23	23
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	127	127
1.02.03	Imobilizado	113.614	346.290
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	12.082	37.441
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	101.532	308.790
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	0	59
1.02.04	Intangível	0	68.315
1.02.04.01	Intangíveis	0	68.315
1.02.04.01.02	Intangível em Operação	0	68.315

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	333.193	852.189
2.01	Passivo Circulante	213.849	263.671
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.770	12.610
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.503	5.462
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	4.267	7.148
2.01.02	Fornecedores	104.394	93.283
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	104.148	93.266
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	104.148	93.266
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	246	17
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.190	2.798
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	578	1.516
2.01.03.01.02	Imposto de Renda Retido na Fonte	386	779
2.01.03.01.05	Outras	192	737
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	595	1.232
2.01.03.02.01	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços	92	780
2.01.03.02.02	Parcelamento de Tributos Estaduais	503	452
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	17	50
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	52.816	66.345
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	31.740	15.476
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	31.740	15.476
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	21.076	50.869
2.01.04.03.01	Em Moeda Nacional	21.076	50.869
2.01.05	Outras Obrigações	48.682	85.256
2.01.05.02	Outros	48.682	85.256
2.01.05.02.05	Arrendamento Operacional	5.609	1.826
2.01.05.02.08	Adiantamento de Clientes	1.993	8.362
2.01.05.02.09	Credores por Recuperação Judicial	10.384	71.854
2.01.05.02.11	Outras Obrigações	30.696	3.214
2.01.06	Provisões	997	3.379
2.01.06.02	Outras Provisões	997	3.379
2.01.06.02.05	Programa de Fidelização de Clientes	997	3.379
2.02	Passivo Não Circulante	664.463	761.207
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	223.861	417.568
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	124.280	134.828
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	124.280	134.828
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	99.581	282.740
2.02.01.03.01	Em Moeda Nacional	99.581	282.740
2.02.02	Outras Obrigações	193.454	190.806
2.02.02.02	Outros	193.454	190.806
2.02.02.02.04	Credores por Recuperação Judicial	187.559	183.251
2.02.02.02.06	Parcelamento de Tributos Estaduais	865	1.164
2.02.02.02.07	Outros	5.030	6.391
2.02.04	Provisões	247.148	152.833
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	247.148	152.833
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	224.998	140.430
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	8.666	7.549

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	13.484	4.854
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-545.119	-172.689
2.03.01	Capital Social Realizado	301.976	282.999
2.03.02	Reservas de Capital	46.363	18.142
2.03.02.04	Opções Outorgadas	5.329	5.329
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	12.738
2.03.02.07	Bônus de Subscrição	41.034	75
2.03.04	Reservas de Lucros	-233	-233
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-233	-233
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-904.459	-484.864
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	11.279	11.279
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-45	-12

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	246.325	669.658
3.01.01	Receita Bruta de Vendas de Bens e/ou Serviços	251.764	697.162
3.01.02	Deduções da Receita Bruta	-5.439	-27.504
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-170.234	-470.179
3.03	Resultado Bruto	76.091	199.479
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-458.512	-702.760
3.04.01	Despesas com Vendas	-113.147	-217.145
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-63.453	-119.340
3.04.02.01	Honorários da Administração	-1.548	-2.823
3.04.02.02	Plano de Opções de Compra de Ações	0	-18
3.04.02.04	Outras	-61.905	-116.499
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	38.530	67.556
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-320.442	-433.831
3.04.05.01	Depreciações e Amortizações	-43.197	-77.759
3.04.05.03	Outras	-277.245	-356.072
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-382.421	-503.281
3.06	Resultado Financeiro	-29.694	230.076
3.06.01	Receitas Financeiras	4.504	296.615
3.06.02	Despesas Financeiras	-34.198	-66.539
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-412.115	-273.205
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-11.486
3.08.02	Diferido	0	-11.486
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-412.115	-284.691
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-7.513	-33.381
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-7.513	-33.381
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-419.628	-318.072
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-419.595	-318.048
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-33	-24
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-8,05888	-11,91814
3.99.01.02	PN	-9,62886	-11,91814
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-8,05888	-11,91814
3.99.02.02	PN	-9,62886	-11,91814

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-419.628	-318.072
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-419.628	-318.072
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-419.595	-318.048
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-33	-24

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.935	25.268
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-98.196	-59.980
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do IR/CS	-412.115	-273.205
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	46.049	83.219
6.01.01.03	Perda com Créditos de Liquidação Duvidosa	250	-1.204
6.01.01.04	Resultado na Baixa e/ou Venda de Ativo Imobilizado, Intangível e Investimento	1.967	69.107
6.01.01.05	Encargos Financeiros s/ Empréstimos e Obrigações	20.066	45.853
6.01.01.06	Planos de Opções de Compra de Ações	0	18
6.01.01.08	Perda por Redução ao Valor Recuperável do Imobilizado e Intangível	179.404	51.505
6.01.01.09	Perda (Reversão) com Obsolescência de Estoque	-29.486	11.080
6.01.01.10	Outras Provisões Operacionais	95.669	-46.353
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	102.131	85.248
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	15.686	35.620
6.01.02.02	Estoques	86.364	61.245
6.01.02.03	Outros Ativos Operacionais	27.153	-611
6.01.02.04	Fornecedores	25.358	79.386
6.01.02.06	Pagamento de Juros por Empréstimos e Financiamentos	0	-3.129
6.01.02.08	Outros Passivos Operacionais	-45.757	-38.074
6.01.02.09	Fluxo das Atividades Operacionais das Operações Descontinuadas	-6.673	-49.189
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-487	-10.263
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-2.294	-10.303
6.02.02	Recebimento Vendas do Ativo Imobilizado	1.807	40
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	4.691	-89.964
6.03.01	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	2.738
6.03.03	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0	17.998
6.03.04	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-42.508	-111.275
6.03.05	Bônus de Subscrição Acionistas	42.182	75
6.03.06	Aumento de Capital Acionistas	5.017	0
6.03.08	Fluxo das Atividades de Financiamento das Operações Descontinuadas	0	500
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	8.139	-74.959
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	20.464	95.423
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	28.603	20.464

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	282.999	17.909	0	-484.864	11.279	-172.677	-12	-172.689
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	282.999	17.909	0	-484.864	11.279	-172.677	-12	-172.689
5.04	Transações de Capital com os Sócios	18.977	28.221	0	0	0	47.198	0	47.198
5.04.01	Aumentos de Capital	18.977	-12.738	0	0	0	6.239	0	6.239
5.04.08	Bônus de Subscrição	0	40.959	0	0	0	40.959	0	40.959
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-419.595	0	-419.595	-33	-419.628
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-419.595	0	-419.595	-33	-419.628
5.07	Saldos Finais	301.976	46.130	0	-904.459	11.279	-545.074	-45	-545.119

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	282.999	5.078	0	-178.450	11.279	120.906	12	120.918
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	282.999	5.078	0	-178.450	11.279	120.906	12	120.918
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	12.831	11.634	0	0	24.465	0	24.465
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	18	0	0	0	18	0	18
5.04.08	Bônus de Subscrição	0	75	0	0	0	75	0	75
5.04.09	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	12.738	0	0	0	12.738	0	12.738
5.04.10	Transferencia do Passivo Circulante e Não Circulante	0	0	11.634	0	0	11.634	0	11.634
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-318.048	0	-318.048	-24	-318.072
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-318.048	0	-318.048	-24	-318.072
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-11.634	11.634	0	0	0	0
5.06.04	Absorção do Prejuízo do Exercício com Reservas de Lucros	0	0	-11.634	11.634	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	282.999	17.909	0	-484.864	11.279	-172.677	-12	-172.689

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	293.538	764.497
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	254.145	698.104
7.01.02	Outras Receitas	39.643	67.597
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-250	-1.204
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-544.379	-1.035.091
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-172.621	-485.843
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-188.580	-462.391
7.02.04	Outros	-183.178	-86.857
7.02.04.02	Despesas Operacionais	-183.178	-86.857
7.03	Valor Adicionado Bruto	-250.841	-270.594
7.04	Retenções	-53.561	-116.600
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-46.048	-83.220
7.04.02	Outras	-7.513	-33.380
7.04.02.01	Resultado das Operações Descontinuadas	-7.513	-33.380
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-304.402	-387.194
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.504	299.929
7.06.02	Receitas Financeiras	4.504	299.929
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-299.898	-87.265
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-299.898	-87.265
7.08.01	Pessoal	69.347	123.503
7.08.01.01	Remuneração Direta	38.669	73.762
7.08.01.02	Benefícios	12.632	26.148
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.123	10.556
7.08.01.04	Outros	9.923	13.037
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	14.715	35.057
7.08.02.01	Federais	7.372	16.708
7.08.02.02	Estaduais	3.945	12.349
7.08.02.03	Municipais	3.398	6.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	35.668	72.247
7.08.03.01	Juros	21.967	56.192
7.08.03.02	Aluguéis	2.200	3.351
7.08.03.03	Outras	11.501	12.704
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	11.501	12.704
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-419.628	-318.072
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-419.595	-318.048
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-33	-24

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

SENHORES AÇIONISTAS,

Saraiva Livresiros S.A. – em Recuperação Judicial (“Companhia” ou “Saraiva”) (B3: SLED3 e SLED4), controladora de Saraiva e Siciliano S.A. – em Recuperação Judicial (“Varejo”), uma das maiores redes varejistas de conteúdo com foco em educação e cultura, anuncia seus resultados financeiros para o quarto trimestre (4T20) e ano de 2020.

As informações contábeis contidas neste documento referem-se ao quarto trimestre (4T20) e ano 2020 comparadas aos mesmos períodos do ano anterior, exceto quando indicado de outra forma.

As informações contábeis Individuais e Consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“*International Financial Reporting Standards – IFRS*”) e práticas contábeis adotadas no Brasil.

Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foram revisadas pelos auditores independentes.

Mensagem da Administração

Durante os últimos 15 anos a Companhia passou por diversos processos de transformação. Desde a aquisição da Siciliano S.A., em 2008 pelo Varejo, a Saraiva investiu no fortalecimento de sua marca e crescimento de sua operação, ampliando seu número de lojas, a atuação de seu canal de e-commerce, e a gama de produtos oferecidos, sempre com foco em nosso cliente, que sempre foi fiel à marca.

A crise econômica iniciada em 2015 foi um dos mais desafiadores períodos da história recente do País no campo econômico com repercussão significativa nas operações da Companhia. A Companhia adotou, nos últimos anos, várias iniciativas para reverter os efeitos negativos causados pela crise econômica: no final de 2015, concluiu a venda do seu segmento editorial e, com a persistência do cenário de crise econômica nos anos seguintes, implementou um robusto projeto de transformação para o Varejo, conquistando, no início de 2018, crescimento das vendas brutas e *Market Share* nas categorias de Livros, Games, e no segmento de Volta as Aulas. Outras medidas emergenciais foram realizadas no início de nov/18, na construção de um plano de reestruturação visando tornar a operação enxuta, dinâmica e voltada para a obtenção de rentabilidade operacional e fortalecimento do caixa.

No entanto, os impactos causados pela crise econômica, associados aos efeitos dos acontecimentos no tempo, tais como o aumento do preço médio dos livros abaixo do esperado, o encolhimento de alguns segmentos de produtos que tinham representatividade relevante no faturamento; as dificuldades enfrentadas para a realização de créditos tributários; a dificuldade de contratação de novas linhas de crédito; e a importante queda de faturamento gerada por problemas originados na implementação do novo sistema de gestão, comprometeram a obtenção dos resultados almejados, o que abalou a perspectiva da Companhia de honrar com as suas obrigações de curto prazo.

Em decorrência do agravamento dessa situação, julgamos que a apresentação do pedido de recuperação judicial, em nov/18, era a medida mais adequada no contexto da crise no mercado editorial, reflexo do cenário econômico do País. O objetivo da operação foi proteger o caixa, fazendo com que a Companhia retomasse sua estabilidade e, posteriormente, seu crescimento econômico, bem como garantir e preservar a continuidade de sua operação.

Com o deferimento do pedido de recuperação judicial a Companhia intensificou as negociações com seus principais credores tendo como objetivo estabelecer condições comerciais e modelos de pagamento que pudessem viabilizar os interesses comuns, visando, principalmente, o êxito na aprovação do plano de recuperação judicial, além de implementar diversas ações para garantir a sustentação dos negócios. Continuamos obtendo importantes avanços em relação aos períodos anteriores por meio de iniciativas como:

Readequação do mix de produtos: descontinuamos as categorias que possuíam menor rentabilidade e maior demanda de capital de giro. Esta revisão de categorias nos possibilitou, ainda, uma redução adicional do quadro de funcionários da Companhia, além do encerramento de 2 Centros de Distribuição.

Redução de Despesas Operacionais: renegociação e revisão de nossos principais contratos com fornecedores de serviços, redução de escopo com priorização de alternativas com maior custo/benefício, e revisões e otimizações na malha logística, adequando nosso sistema de abastecimento ao novo mix de produtos. Em nossa Sede Social, reduzimos o custo por meio do adensamento dos andares ocupados.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Reestruturação do Parque de Lojas: priorização de unidades de maior rentabilidade com EBITDA maior que 5,0%, encerrando lojas com baixa perspectiva de geração de valor e que não se adequam ao novo mix de produtos da Companhia. No período, evoluímos na negociação com Shoppings, onde, por meio de parcerias, podemos otimizar o espaço das unidades e aumentar a rentabilidade sem a necessidade de grandes investimentos.

Migração da Plataforma de e-commerce: Visando mitigar as inconsistências do e-commerce, iniciamos, em abr/2019, a implementação de uma nova plataforma, com sistema mais leve, ágil e estável do que o utilizado anteriormente, o que contribui para melhora na performance e aumento da taxa de conversão do site.

Abastecimento de Produtos: Após o ajuizamento da Recuperação Judicial a Companhia, com apoio e parceria de nossos fornecedores, iniciou um processo extensivo para a normalização do abastecimento de produtos de todas as categorias, com foco maior em Livraria, nossa principal linha de atuação.

No entanto, mesmo cumprindo os pagamentos à fornecedores e bancos determinados pelo Plano de Recuperação Judicial, todas as medidas adotadas pela Companhia ainda não foram suficientes para concretizar as perspectivas de crescimento e geração de caixa, fazendo com que os resultados projetados para os próximos anos ficassem abaixo das expectativas inseridas na projeção do Plano de Recuperação aprovado.

Diante deste cenário, e dos impactos trazidos pelo Coronavírus (COVID-19) que nos obrigaram a fechar temporariamente 100% de nossas lojas físicas em mar/20 reduzindo drasticamente nosso faturamento, como medida imediata de preservar o caixa, a Companhia apresentou solicitação, deferida pelo juiz do processo de Recuperação Judicial, para apresentação de um Plano Aditivo aderente a nova realidade da economia do País, de modo a prevenir-se dos impactos trazidos pela pandemia e preservar sua atividade operacional.

O primeiro aditivo ao Plano de Recuperação Judicial (Plano Aditivo), submetido ao juiz da Recuperação Judicial em 03 de julho de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 26 de fevereiro de 2021 e homologado em 5 de março de 2021. O Plano Aditivo tem como objetivo viabilizar o pagamento aos credores, além de garantir a manutenção da fonte produtora, o emprego de seus colaboradores, o cumprimento da função social das atividades e o estímulo à atividade econômica no País. O Plano Aditivo prevê três medidas principais: i) a reestruturação do passivo; ii) a preservação de investimentos considerados essenciais para a continuidade operacional; e iii) a alienação de Unidades Produtivas Isoladas – UPI's, quais sejam, operações de lojas – UPI Lojas; operação de e-commerce – UPI Site; e operações de Lojas e Site – UPI Mista, de acordo com os termos estabelecidos no referido Plano Aditivo. As alternativas trazem um meio de geração de fluxo de caixa para a manutenção das atividades da Companhia e o pagamento dos Credores, Credores Extraconcursais e Credores Pós-Concursais.

Em paralelo, a Companhia continua a implementação do Plano de Ação para reestruturação das operações e recuperação dos resultados econômicos necessários à perenidade dos negócios da Companhia. Tal plano foi aprovado pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em fevereiro e março de 2020 e baseado nos seguintes projetos:

Nova gestão de abastecimento: Modelo descentralizado de abastecimento, por meio do envolvimento dos fornecedores e com redução de custos de logística;

Full-Ecommerce: Foco nas ações de marketing e análise de rentabilidade com equipe especializada em e-commerce, privilegiando operações de vendas com volumes menores e maiores margens;

Otimização Back-Office: Nova solução de sistemas, processos e equipes com maior eficiência para redução de custos fixos e despesas administrativas;

Reestruturação do parque de lojas: Encerramento de operações de lojas com baixa rentabilidade e onde não foram exitosas as negociações com as administradoras de shoppings, com o aproveitamento do estoque dessas unidades e a consequente redução no custo de aquisição de mercadorias para os próximos períodos. No ano de 2020 a Companhia encerrou 34 unidades de baixa perspectiva de geração de valor.

As mudanças mencionadas acima, aprovadas pelo Conselho de Administração, contribuirão para que a Companhia seja mais enxuta sem impactar negativamente a operação. Entre os principais impactos do novo plano de ação, podemos citar:

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Rentabilidade: Aumento da Margem Bruta, principalmente no canal de e-commerce, em detrimento da Receita Bruta, elevando os ganhos absolutos no Lucro Bruto e contribuindo para o aumento da rentabilidade da Companhia. No ano de 2020, excluindo efeitos não recorrentes de diversas ações de Saldão realizadas com o objetivo de realização de estoques obsoletos e truncados, já obtivemos resultados expressivos nas margens bruta.

Despesas de Pessoal: Com uma operação reduzida em termos de faturamento conseqüentemente houve redução expressiva nas despesas de Pessoal da Companhia.

Despesas de Ocupação: Em relação às Lojas Físicas, renegociações com as administradoras de shoppings visando aumentar a rentabilidade das unidades. No escritório central a revisão e otimização do espaço com a devolução de alguns andares permitiu redução dos custos de ocupação a partir de mai/20

Desativação das operações do Centro de Distribuição: Em ago/20, a Companhia migrou sua operação de e-commerce para o modelo de *full-commerce*, em que todas as atividades do canal são realizadas diretamente por um parceiro comercial. Apesar de ocasionar um impacto inicial negativo nas vendas de set/20, a migração contribuirá para uma operação mais rentável e ágil no futuro.

Contratos com fornecedores não produtivos: Avaliamos exaustivamente todos os contratos vigentes com fornecedores não produtivos, permanecendo e renegociando apenas aqueles essenciais às atividades de negócio da Companhia.

Monetização de Créditos Tributários: Temos a perspectiva de monetização de créditos tributários entre o primeiro trimestre de 2021 e terceiro trimestre de 2021. Em 17 de março de 2021, fomos formalmente notificados pela Diretoria da Administração Tributária do Estado de São Paulo sobre o deferimento do crédito acumulado de ICMS no montante de R\$65 milhões.

Continuamos mobilizados para efetivar os ajustes necessários para garantir a continuidade operacional. As medidas tomadas, aliadas à aprovação do Plano de Recuperação Judicial, que estabelece medidas de eficiência para a equalização e liquidação do passivo das empresas, tais como a reestruturação do passivo e a preservação de investimentos considerados essenciais à continuidade operacional, e alterações na estrutura de Governança Corporativa, comprovam a capacidade de geração de caixa e, por consequência, da viabilidade futura da Companhia.

O fluxo de caixa e o resultado do exercício, encerrados em 2020, excluídos os impactos não recorrentes originados, substancialmente, por revisão das provisões para *impairment* e contingências tributárias, evidenciam uma melhora na performance e na geração de caixa.

O exame das demonstrações contábeis realizados pela auditoria, não identificou deficiências de controles internos. A constatação da existência de controles internos sem falhas ou deficiências relevantes e a certificação do seu nível de segurança são fundamentais para a recuperação estruturada da Companhia.

A Administração, ciente da relevância dos desafios está empenhada para a realização do Novo Plano de Ação, que visa a manutenção da atividade operacional, o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial e a conseqüente continuidade operacional e sustentabilidade do negócio.

Confiamos plenamente na recuperação do mercado de livros no Brasil e na Nova Saraiva que está sendo construída. Sabemos que será um processo intenso, na busca de um futuro promissor para a empresa e seus *stakeholders*, e contamos com o total apoio e envolvimento de todos nossos colaboradores.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Impacto Coronavírus - COVID-19

A Administração acompanha atentamente a todos os impactos do Coronavírus (COVID-19) na operação da Companhia, por meio de um Comitê interno específico, além de discutir periodicamente com o Conselho de Administração, sobre as medidas necessárias e os impactos na operação.

Neste cenário, o plano de contingência é focado em cinco pilares principais: (i) adotar medidas preventivas, (ii) estimular e intensificar as vendas pelo e-commerce, que não foram paralisadas e honram todos seus compromissos com seus clientes; (iii) estruturar planos de ação e contingência; (iv) monitorar a evolução diária dos casos de infecção pelo Coronavírus e as recomendações dos órgãos governamentais e associações de varejo; (v) utilizar as medidas disponíveis para redução do impacto no Caixa da Companhia. A partir disso, podemos destacar:

Lojas físicas: Devido à rápida evolução dos casos de COVID-19, e de grande parte das lojas estarem localizadas em shoppings e/ou nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, em 23 de março de 2020 todas as nossas unidades foram fechadas. No início de agosto de 2020 contávamos com 48 unidades reabertas, mas grande parte com horário de atendimento reduzido. Entre 27 de fevereiro e 26 de março de 2021, em decorrência de um novo avanço dos casos de COVID-19, dois terços das lojas da rede estão fechadas e as demais, seguindo estritamente as normas de prevenção e segurança para redução de riscos de contaminação de clientes e colaboradores e de acordo com horários estabelecidos pelas autoridades estaduais e municipais. A manutenção das atuais medidas de restrição, deverão trazer novos impactos que ainda serão dimensionados pela Administração.

E-commerce: Continua operando normalmente e honrando o compromisso com nossos clientes. Além disso, foram realizadas ações promocionais para elevar o fluxo do canal.

Colaboradores: atuamos preventivamente para conscientização de todos os nossos colaboradores. Com o fechamento das lojas, todos os colaboradores foram liberados nas unidades. No escritório central restringimos o número de colaboradores ao mínimo indispensável à manutenção das atividades operacionais e adotamos o regime de trabalho remoto (*home office*), além da suspensão de viagens e reuniões presenciais e uma orientação extensiva aos funcionários por meio da disseminação de boas práticas contra o vírus e apoio à legislação trabalhista em vigor.

Geração de Receitas: Realizamos ações promocionais e de marketing e direcionamos as vendas físicas para o canal online.

Caixa: Diante do cenário atual, com nossas fontes de receitas fortemente impactadas, visando a manutenção e perenidade da operação, a Companhia adotou iniciativas para manutenção do caixa:

- **Revisão de contratos com fornecedores;**
- **Renegociação** de todos os **custos de ocupação** da Companhia;
- **Suspensão, renegociação** e, conseqüentemente, **reparcelamento** de **pagamentos** vencidos e a vencer. Em 31/12/2020, a Companhia possuía em aberto, desde março/20, o saldo aproximado de R\$ 61,5 milhões sendo, em grande parte, composto por fornecedores produtivos e custos de ocupação;
- **Redução da Jornada de Trabalho** dos colaboradores do escritório central e de gerentes regionais de lojas físicas, pelo período previsto na legislação;
- **Suspensão do Contrato de Trabalho** dos colaboradores de lojas, durante o fechamento das unidades em função da pandemia;
- **Suspensão**, conforme permitido pelo Governo Federal, do **pagamento de FGTS** aos nossos colaboradores, pelo período previsto na legislação;
- **Parcelamento**, por meio de negociação com alguns Sindicatos, das **rescisões** de colaboradores, mitigando efeitos negativos no Caixa.
- **Revisão diária das projeções de vendas e despesas** para os próximos meses, visando proteção de impactos inesperados de Caixa.

Entendemos que o cenário no País se altera de modo acelerado e estamos nos adaptando rapidamente ao cenário ideal em meio à crise. Reiteramos nossa disposição para dispensar toda a atenção necessária à situação da Companhia e de nossos *stakeholders*, incluindo todos os riscos decorrentes da pandemia que poderiam resultar em perdas ou mudanças nas estimativas sobre os negócios.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho**IMPACTOS NÃO RECORRENTES**

Durante o quarto trimestre de 2020 a Administração revisou as estimativas relacionadas a perda de valor recuperável dos ativos e provisões para riscos tributários cíveis e trabalhistas, entre outros ajustes realizados na operação, visando o aumento de rentabilidade, a seguir apresentados:

- Impairment de ativos e créditos tributários: R\$ 101,6 milhões negativos nas Despesas.
- Contingências cíveis, trabalhistas e tributárias: R\$ 80,9 milhões negativos nas Despesas.
- Outros impactos: R\$ 0,3 milhão positivo nas Despesas.

Dessa maneira, para que possa ser realizada uma análise mais fidedigna da operação da Companhia, todos os resultados reportados neste Relatório da Administração consideram os números recorrentes do 4T19, 3T20 e 4T20, expurgando os efeitos citados acima. Segue na tabela abaixo a reconciliação dos resultados:

Reconciliação - 4T20 (R\$ MM)	4T20 Contábil	CPC 06 (R2) IFRS 16	Impactos Não-Recorrentes	4T20 Ajustado
Receita Bruta	40.740		-	40.740
Impostos	(466)		-	(466)
Receita Líquida	40.274	-	-	40.274
CMV	(22.022)		-	(22.022)
Lucro Bruto	18.252	-	-	18.252
<i>Margem Bruta (%)</i>	<i>45,3%</i>			<i>45,3%</i>
Despesas Operacionais	(208.019)	(8.925)	182.281	(34.663)
EBITDA	(189.767)	(8.925)	182.281	(16.411)
<i>Margem EBITDA (%)</i>	<i>-471,1%</i>			<i>-40,7%</i>
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(12.871)	8.925	-	(3.946)
Resultado Financeiro Líquido	(7.308)	3.083		(4.225)
Depreciação e Amortiz.	(5.563)	5.841		278
Lucro/Prejuízo antes do IR	(202.638)	-	182.281	(20.357)
Imposto de Renda e Contribuição Social	5.546	-	-	5.546
Lucro/Prejuízo antes da part. Minoritária	(197.092)	-	182.281	(14.811)
Participação minoritária	15			15
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado antes das Op. Descontinuadas	(197.077)	-	182.281	(14.796)
Res. Liq. das Op. Descontinuadas (Liq. impostos)	(2.352)			(2.352)
Lucro (Prejuízo) Líquido	(199.429)	-	182.281	(17.148)
<i>Margem Líquida (%)</i>	<i>-495,2%</i>			<i>-42,6%</i>

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

DESTAQUES

- Redução de 62,4% na Despesa Operacional recorrente do 4T20 em comparação com o 4T19.
- Melhoria de R\$ 25,4 milhões no EBITDA ajustado do 4T20 em comparação com o 4T19.
- Melhoria de 10 dias no Prazo Médio de Recebimento de clientes em comparação com o 4T19.
- Em 3 de julho de 2020, a Companhia e sua controlada peticionaram, junto a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, aditivo ao Plano de Recuperação Judicial.
- Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 06 de julho de 2020, foram eleitos os conselheiros Olga Maria Barbosa Saraiva (Presidente do Conselho de Administração), Jorge Saraiva Neto (Vice-Presidente do Conselho de Administração), Frederico Wickert, João Elek, e Olavo Fortes Campos Rodrigues Júnior, para o novo mandato de 2 anos.
- Em 8 de outubro de 2020, a Companhia e sua controlada peticionaram, junto a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, segunda versão do aditivo ao Plano de Recuperação Judicial.
- Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 31/07/2020 e 28/08/2020, foi deliberada: (i) a conversão de Bônus de Subscrição exercida pelos seus titulares entre os dias 01/06/2020-30/06/2020 e 01/07/2020-28/08/2020, respectivamente; (ii) o Aumento do capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado, em virtude do exercício, por determinados titulares, de seus respectivos bônus de subscrição; e (iii) a autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos os atos necessários à implementação da deliberação tomada.
- Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 05/10/2020, foi deliberada: (i) a conversão de Bônus de Subscrição exercida pelos seus titulares entre os dias 01/09/2020-30/09/2020; (ii) o Aumento do capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado, em virtude do exercício, por determinados titulares, de seus respectivos bônus de subscrição; e (iii) a autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos os atos necessários à implementação da deliberação tomada.
- Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 11/12/2020, foi deliberada: (i) a conversão de Bônus de Subscrição exercida pelos seus titulares entre os dias 01/11/2020-30/11/2020; (ii) o Aumento do capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado, em virtude do exercício, por determinados titulares, de seus respectivos bônus de subscrição; e (iii) a autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos os atos necessários à implementação da deliberação tomada.
- Em 31 de dezembro de 2020, o Sr. Marcos Guedes assumiu interinamente a posição não estatutária de *Chief Executive Officer* da Companhia. O Sr. Marcos Guedes, executivo da empresa KR Capital, possui mais de 25 anos de experiência profissional no mercado financeiro e de gestão profissional interina. O contrato de Gestão Interina foi firmado pelo Conselho de Administração com a KR Capital.

EVENTOS SUBSEQUENTES

- Em Assembleia Geral de Credores realizada em 26 de fevereiro de 2021 foi aprovado o Plano Aditivo, homologado em 5 de março de 2021, pela 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo
- Em 17 de março de 2021, fomos formalmente notificados pela Diretoria da Administração Tributária do Estado de São Paulo sobre o deferimento do crédito acumulado de ICMS no montante de R\$65 milhões.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

PRINCIPAIS INDICADORES

Tabela 1. (R\$ mil, exceto quando indicado)

Consolidado - Ajustado ¹	4T20	4T19	T/T	3T20	T/T	2020	2019	A/A
Receita Bruta (Lojas + E-commerce)²	40.740	163.534	-75,1%	29.859	36,4%	239.824	697.162	-65,6%
Lojas Físicas	33.651	121.790	-72,4%	22.239	51,3%	159.234	468.014	-66,0%
E-commerce	7.089	41.744	-83,0%	7.620	-7,0%	80.590	229.148	-64,8%
Receita Líquida (Lojas + E-commerce)²	40.274	156.406	-74,3%	29.798	35,2%	234.456	669.658	-65,0%
Lojas Físicas	33.160	117.280	-71,7%	22.194	49,4%	155.098	451.185	-65,6%
E-commerce	7.114	39.126	-81,8%	7.604	-6,4%	79.358	218.473	-63,7%
Lucro Bruto Ajustado¹	18.252	50.484	-63,8%	12.732	43,4%	92.275	205.194	-55,0%
Margem Bruta (%)	45,3%	32,3%	13,0 p.p.	42,7%	2,6 p.p.	39,4%	30,6%	8,7 p.p.
Despesas Operacionais Recorrentes ¹	(34.663)	(92.258)	-62,4%	(36.092)	-4,0%	(189.465)	(383.072)	-50,5%
EBITDA Ajustado¹	(16.411)	(41.774)	-60,7%	(23.361)	-29,8%	(97.190)	(177.878)	-45,4%
Margem EBITDA Ajustada (%) ¹	-40,7%	-26,7%	-14,0 p.p.	-78,4%	37,6 p.p.	-41,5%	-26,6%	-14,9 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado antes das Op. Descontinuadas¹	(14.796)	(67.025)	-77,9%	(23.995)	-38,3%	(146.535)	(259.766)	-43,6%
Margem Líquida Ajustada antes das Op. Descontinuadas (%) ¹	-36,7%	-42,9%	6,1 p.p.	-80,5%	43,8 p.p.	-62,5%	-38,8%	-23,7 p.p.
Res. Liq. das Op. Descontinuadas (Liq. impostos)	(2.352)	(31.769)	-92,6%	(3.023)	-22,2%	(5.901)	(33.381)	-82,3%
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado¹	(17.148)	(98.794)	-82,6%	(27.018)	-36,5%	(152.436)	(293.147)	-48,0%
Margem Líquida Ajustada (%) ¹	-42,6%	-63,2%	20,6 p.p.	-90,7%	48,1 p.p.	-65,0%	-43,8%	-21,2 p.p.
Crescimento Lojas (SSS)	-50,1%	-13,5%	-36,6 p.p.	-65,9%	15,8 p.p.	-54,1%	-41,8%	-12,3 p.p.
Crescimento E-commerce ²	-83,0%	-34,7%	-48,3 p.p.	-84,7%	1,6 p.p.	-64,8%	-61,0%	-3,8 p.p.
Quantidade de Lojas - Final do Período	39	73	-46,6%	44	-11,4%	39	73	-46,6%
Área de Vendas - Final do Período (m ²)	21.825	49.259	-55,7%	24.326	-10,3%	21.825	49.259	-55,7%

Nota: 1. Ajustado expurgando o efeito de itens não recorrentes conforme citado anteriormente no relatório.

Nota: 2. Considera a receita proveniente do Saraiva Entrega no canal Lojas Físicas.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

RESULTADOS

RECEITA – No 4T20 a receita bruta alcançou R\$ 40,7 milhões, queda de 75,1% quando comparada com o 4T19. A receita líquida seguiu a mesma tendência no trimestre, apresentando redução de 72,7%. Cabe destacar que a redução observada é, principalmente, em função da pandemia do Coronavírus (COVID-19), que ainda impacta fortemente a operação de lojas da Companhia, e da migração da operação de e-commerce para o modelo *full-commerce* no final de ago/20. Em termos anuais, o montante financeiro foi de R\$ 239,8 milhões com queda de 65,6%.

RECEITA LOJAS FÍSICAS – A receita bruta de lojas físicas no 4T20, atingiu R\$ 33,7 milhões, o que representa queda de 72,4% quando comparadas ao mesmo período do ano anterior. Em termos de lojas comparáveis apresentamos um declínio de 65,9% no mesmo período. A receita líquida, seguindo a mesma linha, apresentou redução de 71,7%.

Em termos anuais, devido à da pandemia do Coronavírus (COVID-19), tivemos o fechamento, por tempo indeterminado, de todas as nossas unidades de acordo com as diretrizes governamentais publicadas pelos governos municipais e estaduais. Em decorrência da rápida evolução dos casos e de grande parte das lojas estarem localizadas em shoppings e/ou nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, em 23 de março de 2020 todas as nossas unidades estavam fechadas. Mesmo com a reabertura gradual das unidades, o fluxo de clientes ainda não retomou os patamares anteriores, impactando negativamente na operação do canal de lojas físicas. Sendo assim, a receita apresentou uma queda de 66,0% totalizando R\$ 159,2 milhões em termos anuais.

RECEITA E-COMMERCE – No 4T20 as vendas brutas do site Saraiva.com apresentaram declínio de 83,0% em relação ao ano anterior, enquanto as vendas líquidas reduziram em 81,8%. As vendas em nosso canal de *e-commerce*, uma das mais relevantes no país que cobre todo o território nacional, foram impactadas, principalmente, pela falta de abastecimento de produtos durante os últimos meses, além da migração para o modelo *full-commerce*. No entanto, a Saraiva continua com a estratégia de rentabilidade, por meio de um faturamento menor no canal, porém com maior margem bruta e menores despesas variáveis, gerando um ganho adicional na margem de contribuição para os próximos períodos.

Em termos anuais, a queda das vendas brutas foi de 64,8% somando R\$ 80,6 milhões.

RESULTADO BRUTO – Como reflexo da estratégia de priorização de rentabilidade da Companhia, o lucro bruto ajustado apresentou um forte ganho de 13,0 p.p. na margem bruta, que passou de 32,3% no 4T19 para 45,3%. Além da estratégia de priorização da rentabilidade no canal online, continuaremos focando em nosso negócio de livros, que possuem margens superiores às outras categorias que foram descontinuadas.

Em relação ao 3T20, excluindo o impacto da venda de produtos de baixo giro com a desmobilização do Centro de Distribuição, e dos saldos de produtos visando a capitalização de estoques, o lucro bruto ajustado apresentou um crescimento de 2,6 p.p. na margem bruta, que passou de 42,7% no 3T20 para 45,3% no 4T20, com uma redução de 63,8% em termos absolutos.

DESPESAS OPERACIONAIS – A linha de despesas operacionais recorrentes, incluindo o efeito do IFRS-16 nas linhas de Despesas, totalizou R\$ 34,7 milhões no 4T20, apresentando forte redução de 62,4% no trimestre, como reflexo das iniciativas realizadas ao longo dos últimos períodos, e da redução em despesas variáveis em função do menor nível de vendas. Cabe destacar que continuamos focados na racionalização de gastos para a melhora dos resultados, e já estamos colhendo os frutos das medidas tomadas. Continuamos fazendo ajustes recorrentemente em nossa estrutura visando sempre melhorias de desempenho e produtividade, o que solidifica as bases para recuperação da Companhia.

EBITDA – O EBITDA recorrente, com a inclusão do efeito do IFRS-16 nas linhas de Despesas, e impactado pelos efeitos da pandemia, onde a receita foi fortemente reduzida, totalizou R\$ 16,4 milhões negativos no 4T20, apresentando uma melhoria de R\$ 25,4 milhões em relação ao 4T19.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Tabela 2. EBITDA (R\$ mil, exceto quando indicado)

Consolidado – Ajustado ¹	4T20	4T19	T/T	3T20	T/T	2020	2019	A/A
Lucro (Prejuízo) Líquido¹	(17.148)	(98.794)	-82,6%	(27.018)	-36,5%	(152.436)	(293.147)	-48,0%
(+) Resultado Financeiro Líquido ¹	4.225	7.475	-43,5%	947	346,2%	11.611	21.871	-46,9%
(+) IR & CS ¹	(5.546)	13.200	-	(701)	>500%	30.413	24.314	25,1%
(+) Depreciação e Amortização	(278)	4.589	-	393	-	7.354	35.726	-79,4%
(+) Res. Liq. das Op. Descontinuadas/Outros ¹	2.337	31.757	-92,6%	3.019	-22,6%	5.868	33.357	-82,4%
EBITDA Ajustado	(16.411)	(41.774)	-60,7%	(23.361)	-29,8%	(97.190)	(177.878)	-45,4%
<i>Margem EBITDA (%)</i>	<i>-40,7%</i>	<i>-26,7%</i>	<i>-14,0 p.p.</i>	<i>-78,4%</i>	<i>37,6 p.p.</i>	<i>-41,5%</i>	<i>-26,6%</i>	<i>-14,9 p.p.</i>

Nota: 1. Ajustado expurgando o efeito de itens não recorrentes conforme citado anteriormente no relatório.

CAPITAL DE GIRO* – O prazo médio de recebimento passou de 27 dias no 4T19 para 18 dias no 4T20. O prazo médio de cobertura de estoques diminuiu em 46 dias, passando de 100 dias no 4T19 para 54 dias no 4T20.

* para o cálculo dos dias do ciclo operacional utilizamos a média dos últimos 12 meses

RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA LÍQUIDA – O resultado financeiro líquido ajustado, excluindo o impacto da alteração contábil em virtude do CPC 06 (R2) - IFRS 16, foi uma despesa de R\$ 4,2 milhão no quarto trimestre de 2020, representando uma redução de 43,5% em comparação ao mesmo período do ano anterior, em função da repactuação do endividamento da Companhia com bancos.

LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO – O prejuízo líquido ajustado da Companhia, antes do resultado líquido de operações descontinuadas, foi de R\$ 17,1 milhões no 4T20.

INVESTIMENTOS (CAPEX) – Ocorreu um investimento marginal no 4T20 versus R\$ 1,7 milhão no 4T19, confirmando o menor nível de investimentos indicado pela Companhia.

LIQUIDEZ – Em 31 de dezembro de 2020, o saldo total de Caixa Disponível, Caixa Bloqueado e Recebíveis de Cartão de Crédito era de R\$ 32,3 milhões, contra R\$ 37,0 milhões em 30 de setembro de 2020, em virtude, principalmente, das menores vendas realizadas no período, além do impacto de categorias descontinuadas e de despesas extraordinárias de reestruturação.

A tabela a seguir apresenta a dívida líquida consolidada (excluindo o saldo de Credores relativo ao processo de recuperação judicial) da Saraiva em 31 de dezembro de 2020, que somava R\$ 134,4 milhões, contra R\$ 126,3 milhões em 30 de setembro de 2020, e R\$ 136,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Se considerarmos os recebíveis do cartão de crédito, encerramos o 4T20 com uma dívida líquida de R\$ 130,7 milhões contra R\$ 122,8 milhões no 3T20, e R\$ 121,0 milhões no 4T19.

Tabela 3. Evolução dos principais indicadores de endividamento CONSOLIDADO monitorados pela Companhia (R\$ mil)

Consolidado ¹	4T20	4T19	A/A	3T20	T/T
Tipo de Transação					
Empréstimos e Financiamentos	163.019	156.871	3,9%	159.520	2,2%
(+) Contas a Pagar Aquisição de Empresas	0	0	-	0	0,0%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	28.603	20.465	39,8%	33.171	-13,8%
Dívida Líquida Ajustada Antes dos Recebíveis	134.416	136.406	-1,5%	126.349	6,4%
(-) Recebíveis de Cartão de Crédito	3.729	15.366	-75,7%	3.510	6,3%
Dívida Líquida Consolidada Após os Recebíveis	130.687	121.040	8,0%	122.839	6,4%
Montante relativo ao processo de Recuperação Judicial	197.943	255.105	-22,4%	195.466	1,3%

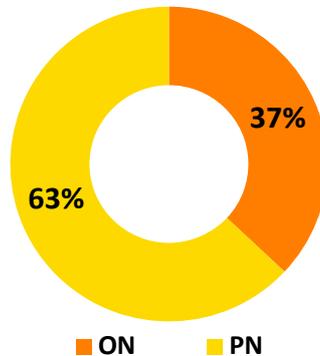
Nota 1: Exclui a parcela relativa ao Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2) - IFRS 16).

NOSSAS LOJAS – No 4T20 a Saraiva contava com 39 lojas ativas.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

ESTRUTURA ACIONÁRIA

O capital social subscrito e realizado da Saraiva era de R\$ 302 milhões em 31 de dezembro de 2020, representado por 63.410.194 ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 23.513.669 são ações ordinárias (ON), e 39.896.525 são ações preferenciais (PN). A Companhia mantém 15.700 ações ordinárias em tesouraria.



COLABORADORES

Finalizamos o ano de 2020 com 609 colaboradores (1.832 em dezembro de 2019). As ações estratégicas da área de Recursos Humanos focam os pilares de desenvolvimento, engajamento, diversidade e eficiência/produktividade.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

AUDITORES INDEPENDENTES

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram examinadas pela Grant Thornton Auditores Independentes (“Grant Thornton”).

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não advogar pela Saraiva ou prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.

O valor total contabilizado relacionado a honorários com auditoria externa para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 373 mil.

ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

Com a adesão ao Nível 2, a Companhia, seus acionistas e administradores obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, todos os conflitos estabelecidos na Cláusula Compromissória constante do Estatuto Social nos termos do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em cumprimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM n. 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Companhia, autorizando sua conclusão nesta data.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM n. 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, emitido nesta data.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras, colaboradores e comunidades pelo apoio dado em 2020.

A Administração

São Paulo, 26 de março de 2021.

Notas Explicativas

SARAIVA LIVREIROS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Saraiva Livreiros S.A. – Em Recuperação Judicial (“Controladora” ou “Companhia”) é sociedade por ações brasileira de capital aberto, fundada em 1914, com sede na Rua Henrique Schaumann, 270, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão (“B3”), sob os códigos SLED3 e SLED4 e no Nível 2 de Governança Corporativa, que atua no segmento de varejo por meio da Saraiva e Siciliano S.A. – Em Recuperação Judicial (“Varejo” ou “Controlada”).

O Varejo é sociedade por ações brasileira de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, controlada pela Companhia, que detém participação direta de 99,99% de suas ações ordinárias, com atividade preponderante no varejo de livros, artigos de papelaria e games. A comercialização é realizada por meio do varejo eletrônico e de uma rede de 38 lojas. O Varejo opera ainda com produtos de tecnologia por meio do seu próprio marketplace, integrado ao e-commerce.

A Companhia e sua controlada estão em processo de recuperação judicial, homologado em 4 de setembro de 2019. Em 3 de julho de 2020, submeteu o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial Original (Plano Aditivo) à aprovação da Assembleia Geral de Credores e à homologação judicial, que foi aprovado em 26 de fevereiro de 2021 e homologado em 5 de março de 2021 (Nota explicativa 31).

Em paralelo, a Companhia continua com a implementação do Plano de Ação aprovado pelo Conselho de Administração, alinhado às pretensões do Plano Aditivo, que tem por objetivo uma mudança estrutural de processos em todos os níveis de atividades da Companhia e sua controlada, por meio da inserção de uma cultura de reestruturação e está baseado nos seguintes projetos em curso de implementação:

- Nova gestão de abastecimento
- Full e-commerce
- Otimização do Back-office
- Reestruturação do parque de lojas

Os projetos contribuirão para tornar a Companhia mais enxuta e eficiente sem comprometer a operação.

A Administração da Companhia e sua controlada acompanha atentamente a todos os desdobramentos relacionados à Covid-19, observando as orientações das autoridades Governamentais. Entre as medidas adotadas, foi estabelecido um canal de comunicação por meio de um Comitê interno, que avalia e trata tempestivamente, os impactos na operação e determina as medidas necessárias ao enfrentamento da pandemia.

Notas Explicativas

O plano de contingência para enfrentar os impactos da Covid-19 está focado em cinco pilares principais: (i) tomar medidas preventivas, (ii) estimular e intensificar as vendas pelo e-commerce; que não foram paralisadas e honram todos seus compromissos com seus clientes; (iii) estruturar planos de ação e contingência; (iv) monitorar a evolução diária dos casos de infecção pelo Coronavírus e as recomendações dos órgãos governamentais e associações de varejo; (v) utilizar as medidas disponíveis para redução do impacto no Caixa da Companhia.

Mesmo diante da intensificação das operações por meio do e-commerce, o fechamento temporário das lojas físicas, adotado para preservar a integridade de colaboradores, clientes e fornecedores, em respeito às normas de restrição regionais impostas pelas legislações locais, impactou significativamente a operação do Varejo exigindo da Administração, atenção para lidar com os eventos econômicos que pudessem afetar a continuidade operacional da Companhia e sua controlada e uma revisão das estimativas contábeis relacionadas, principalmente, com o valor recuperável dos ativos do Varejo (Nota explicativa nº 11).

A manutenção das atuais medidas de restrição, deverão trazer novos impactos que ainda serão dimensionados pela Administração.

A Administração está mobilizada para a realização dos ajustes necessários para assegurar o sucesso do Plano de Ação, mesmo diante das restrições impostas pela pandemia, procurando adaptar-se rapidamente às alterações de cenários e confia na recuperação do mercado de livros no Brasil e na Nova Saraiva que está sendo construída e, assim, mantém seu otimismo acerca da sua capacidade de recuperação e manutenção da atividade operacional.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. *Declaração de conformidade*

As demonstrações contábeis compreendem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Controladora e do Varejo (“Companhia”).

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de março de 2021 foi autorizada a conclusão e divulgação das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que contemplam, quando aplicável, os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2020.

2.2. *Base de mensuração*

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

Notas Explicativas

2.3. *Moeda funcional e de apresentação*

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é o real (R\$).

2.4. *Principais fontes de julgamento e estimativas*

A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer da Administração certos julgamentos e o uso de premissas e estimativas com base na experiência e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas e que podem apresentar resultados divergentes dos resultados efetivos.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente e os respectivos efeitos são reconhecidos no exercício em que são revistas.

As informações sobre julgamentos relacionados às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste relevante no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- a) Perdas com créditos de liquidação duvidosa – nota explicativa nº 5
- b) Perdas com obsolescência de estoques – nota explicativa nº 6
- c) Impostos diferidos – nota explicativa nº 8
- d) Redução aos valores de recuperação dos ativos – nota explicativa nº 7, 11 e 12
- e) Programa de fidelização de clientes do Varejo – nota explicativa nº 14
- f) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas – nota explicativa nº 18
- g) Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos – nota explicativa nº 27

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas a seguir são adotadas pela Controladora e pelo Varejo e foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis de empresa controlada são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que se obtém o controle até a data em que tal controle deixa de existir.

Controlada

As políticas financeiras, operacionais e contábeis do Varejo são controladas e ajustadas pela Administração da Controladora.

Notas Explicativas

Nas demonstrações contábeis individuais da Controladora, as demonstrações contábeis do Varejo são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial e na preparação das demonstrações contábeis consolidadas foram utilizadas demonstrações contábeis do Varejo encerradas na mesma data-base.

Transações eliminadas na consolidação

Os saldos e transações e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre a Controladora e o Varejo são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos e prejuízos não realizados oriundos de transações com o Varejo registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora. Entretanto, os prejuízos não realizados são eliminados somente até o ponto em que não exista evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Operação descontinuada e ativos não circulantes mantidos para venda

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão apresentados como ativos mantidos para a venda o terreno e a edificação da unidade operacional de Guarulhos da Controladora, pelo montante de R\$21.427, equivalentes ao menor valor entre o valor contábil e o valor justo diminuído das despesas de venda. A venda desses ativos, ocorrida em 20 de abril de 2020, foi considerada nula, nos termos do Acórdão publicado em 4 de novembro de 2020 pela 1ª Câmara Reservada de Direito, que determinou a realização de nova oferta de venda.

O resultado das operações descontinuadas apresentado no exercício compreende o resultado residual das operações relacionadas ao segmento editorial da Controladora, vendido para a Editora Ática S.A. em 2015

c) Receitas operacionais

As principais receitas estão relacionadas às atividades do Varejo e correspondem a venda de mercadorias e serviços.

A receita é reconhecida pelo valor que reflete a contrapartida que se espera ter o direito em troca da transferência de mercadorias e/ou serviços para o cliente e sua contabilização é determinada de acordo com o modelo de 5 etapas estabelecido pelo CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes.

As vendas que resultam na concessão de bônus aos clientes do programa de fidelização do Varejo (“Saraiva Plus”) são contabilizadas como receita diferida pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, na data das vendas, ajustado pela média da margem de venda. O reconhecimento da receita diferida no resultado é realizado quando os créditos são resgatados pelos clientes e as obrigações cumpridas e/ou por expiração do direito de uso dos pontos.

d) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos exercícios. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da

Notas Explicativas

conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado.

e) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

Os ativos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Controladora, ou o Varejo se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

O desreconhecimento de um ativo financeiro é realizado quando expiram os direitos contratuais, ou quando são transferidos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro.

Ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial se e somente se, há o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros dessa categoria de instrumentos financeiros são aqueles classificados como mantidos para negociação e designados no seu reconhecimento inicial como sendo mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A mensuração desses ativos é pelo valor justo e suas alterações, assim como, os custos das transações são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

Empréstimos e recebíveis

Os ativos financeiros não derivativos dessa categoria de instrumentos financeiros são mensurados inicialmente, pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à operação. Subsequentemente, esses ativos são mantidos pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e de aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. Esses ativos possuem liquidez e estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

iii) Passivos financeiros não derivativos – reconhecimento, baixa e mensuração

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Controladora, ou Varejo se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando cessam ou são extintas as obrigações contratuais, pela retirada de uma das partes, pelo cancelamento ou pelo vencimento.

Notas Explicativas

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente, pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à operação. Subsequentemente, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método de taxa efetiva de juros.

f) Contas a receber de clientes e perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

Registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, líquidas de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa e dos créditos considerados irrecuperáveis.

As perdas esperadas para os títulos a receber, vencidos e a vencer e recebíveis de cartão de crédito são estimadas com base na probabilidade de recebimento e levam em consideração em seu cálculo, o histórico de perdas.

As contas a receber de clientes não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento no curto prazo e porque os efeitos não são relevantes nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

g) Estoques de mercadorias para revenda

Registrados pelo custo médio de aquisição e, quando aplicável, deduzidos de perdas com obsolescência para ajustá-los ao valor líquido de realização, quando este for inferior.

As perdas com obsolescência do estoque de mercadorias para revenda do Varejo são estimadas e reconhecidas para itens sem movimentação ou baixo giro, obsoletos e para os itens que não apresentarem condição de venda, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração de acordo com critérios estabelecidos na política interna para obsolescência de estoques.

h) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais da Controladora. O lucro não realizado decorrente das operações comerciais da Controladora com o Varejo é eliminado por meio de equivalência patrimonial (Nota explicativa nº10).

i) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas para redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens (Nota explicativa nº 11). As instalações e benfeitorias nas unidades locadas da Controladora e do Varejo são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica estimada dos bens, dos dois, o menor (Nota explicativa nº 11).

Os encargos financeiros dos empréstimos obtidos para expansão e reforma das lojas do Varejo não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, dado que o tempo médio de montagem e abertura de uma loja é de aproximadamente três meses, não se enquadrando na definição de ativo qualificável.

Notas Explicativas

A partir do exercício iniciado em 1 de janeiro de 2019, os arrendamentos mercantis observam a norma requerida pelo CPC 06(R2) (Nota explicativa nº13)

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, assim reconhecidos no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes, quando aplicável, são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

j) Intangível

Adquiridos separadamente:

Ativos intangíveis com vida útil definida e adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada (nota explicativa nº 12).

Os gastos com cessão comercial pagos pelo Varejo quando da assinatura dos contratos de aluguéis dos imóveis comerciais são considerados itens do ativo intangível na data de assinatura dos contratos. A amortização é linear, pelo prazo de locação e não se aplica ao valor residual, quando existente.

Gerados internamente:

Os gastos com atividades de pesquisa, quando realizadas são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente, resultante de gastos com desenvolvimento de software, é reconhecido somente se demonstradas cumulativamente as seguintes condições: (i) a viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) a intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo; (iii) a habilidade de usar ou vender o ativo intangível, a geração de prováveis benefícios econômicos futuros e a disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento; e (iv) a habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido corresponde aos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento. Subsequentemente, os ativos são registrados pelo custo de formação, deduzido da amortização e, quando aplicável, da perda por redução ao valor recuperável.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Notas Explicativas

k) Avaliação do valor recuperável dos ativos

i. Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda de valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor recuperável inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido à Controladora e a empresa controlada em condições que a Controladora e a empresa controlada não considerariam em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento;
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Controladora e o Varejo consideram evidência de perda de valor de ativos, mensurados pelo custo amortizado, tanto individualmente como em conjunto. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados para identificar a perda por redução ao valor recuperável. Para os ativos que, individualmente, não apresentaram perda de valor é realizada, então, a avaliação conjunta para identificação de qualquer perda, ainda não identificada na avaliação individual. Para os ativos que não são individualmente significativos, a avaliação é realizada em conjunto com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável para o conjunto de ativos, a Controladora e o Varejo utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir se o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Controladora e o Varejo consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda estimada, tal redução é revertida por meio do resultado.

Investida contabilizada pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Notas Explicativas

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Controladora e do Varejo, exceto estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de encerramento do exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Se houver indicação de perda, o valor recuperável do ativo é estimado e o valor contábil ajustado ao valor recuperável, se aplicável. No caso dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente, independentemente de indicação de perda.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo (Unidades Geradoras de Caixa – UGCs), majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos os custos necessários para vendê-lo. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente com uso de uma taxa de desconto que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo ou UGC é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável dos ativos são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l) Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros correspondente ao custo, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais previstos contratualmente, incorridos até a data de encerramento de cada exercício pelo prazo de vigência dos contratos.

m) Custos de transações de captação de empréstimos e financiamentos

Os custos incorridos na captação de recursos com instituições financeiras são apropriados ao resultado pela fluência do prazo de vigência da operação, com base no método de custo amortizado.

n) Provisões

A provisão é reconhecida mediante uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um evento passado que demande uma saída provável de recursos financeiros para liquidar a obrigação, cujo montante possa ser razoavelmente estimado no encerramento de cada exercício.

Notas Explicativas

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é registrada quando há uma obrigação presente e a probabilidade de saída de recursos para liquidar a obrigação, sendo observada a natureza de cada risco, com base na opinião dos assessores jurídicos da Controladora e do Varejo. Os fundamentos e a natureza da provisão para riscos estão descritos na nota explicativa nº 18.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis e que haja expectativa de saída de caixa não são reconhecidos, entretanto, são divulgados.

Os passivos são periodicamente avaliados para determinar se existem evidências de uma provável saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar as obrigações.

o) Arrendamento mercantil

A partir do exercício iniciado em 1 de janeiro de 2019, os arrendamentos mercantis observam a norma requerida pelo CPC 06(R2) (Nota explicativa nº 13)

p) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

- Correntes

As provisões para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente no País, pelas alíquotas vigentes sobre o lucro real, apurado a partir do lucro líquido contábil ajustado pelas adições de despesas consideradas não dedutíveis e exclusões de receitas consideradas não tributáveis; e compensado por prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitada a 30% do lucro real apurado para o exercício.

- Diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL e sobre diferenças temporárias apuradas pelo Varejo, e sobre diferenças temporárias da Controladora. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais e as bases negativas de CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas aplicáveis previstas no exercício quando realizado o ativo ou liquidado o passivo sobre os quais são calculados. Os impostos diferidos são reconhecidos como receita ou despesa e incluídos no resultado. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante estimado de recuperação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos, representados pelo IRPJ e CSLL diferidos, são apresentados compensados, exceto nas demonstrações contábeis consolidadas.

Os ativos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias. O cálculo é anualmente revisado e aprovado pela

Notas Explicativas

Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

q) Receita diferida – programa de fidelização de clientes

A receita de vendas obtida pelo programa de fidelização do Varejo é registrada na rubrica “receita diferida - programa de fidelização” pelo valor dos pontos acumulados, ajustado pela média da margem de venda. A receita diferida é reconhecida no resultado pela efetiva utilização pelos clientes do seu direito de uso dos créditos – Bônus, assim como, pela efetiva expiração do Bônus.

O valor de cada ponto é calculado com base na quantidade de pontos necessária para obtenção do direito ao Bônus e ajustado pela média do custo da mercadoria vendida. De acordo com o regulamento do programa vigente desde 16 de junho de 2017, os pontos conquistados por meio das compras têm validade de 12 meses e a cada 500 pontos o cliente adquire o direito ao Bônus e recebe um voucher no valor de R\$10,00 para ser utilizado em até três meses como desconto em compras realizadas de qualquer produto nas lojas e no comércio eletrônico do Varejo.

r) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo relacionado aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, quando aplicável é reconhecido se houver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e ainda, se a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

s) Remuneração baseada em ações

O plano de remuneração baseado em ações para executivos da Controladora e do Varejo é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data de outorga e registrado pelo método linear como despesa no resultado durante o prazo no qual o direito é adquirido. (Nota explicativa nº 19 e).

t) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuados pela Administração da Controladora que estiverem dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “dividendos e juros sobre o capital próprio” por ser considerada como uma obrigação estatutária da Controladora. Por outro lado, a parcela dos dividendos e juros sobre o capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o encerramento do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações, é registrada na rubrica “dividendos adicionais propostos”.

u) Apresentação do lucro líquido por ação

O resultado por ação é apresentado em básico e diluído, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33), conforme nota explicativa nº 26.

Notas Explicativas

v) *Receitas financeiras e despesas financeiras*

O resultado financeiro compreende basicamente juros ativos de aplicações financeiras e impostos a recuperar; e juros passivos e variações monetárias e cambiais de empréstimos e financiamentos e impostos a recolher. Os juros são reconhecidos no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros e as variações monetárias e cambiais, de acordo com as taxas vigentes nas datas de encerramento do exercício.

w) *Informação por segmento*

Os resultados por segmentos que são reportados à Diretoria e ao Conselho de Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Eventualmente são utilizadas, em determinadas análises, informações detalhadas sobre produtos e outras divisões do Grupo que não se qualificam como segmentos para divulgação. O único segmento em operação é o denominado Varejo.

x) *Demonstração do valor adicionado (“DVA”)*

A DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e sua distribuição durante determinado período conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, porque não é prevista nem requerida pelas IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

y) *Novas normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC*

Normas e emendas que estão vigentes a partir de 1º de janeiro de 2020:

- EMENDAS CPC 26/IAS 1 E CPC 23/IAS 8 – DEFINIÇÃO DE MATERIALIDADE - As emendas vigentes a partir de 1 de janeiro de 2020 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis. A Administração entende que ao observar orientação técnica OCPC 7, não há outros impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada trazidos pelas emendas.
- EMENDA IFRS 16 E DELIBERAÇÃO CVM Nº 859/2020 – Em maio de 2020, o IASB aprovou uma emenda à norma IFRS 16, que estabelece procedimentos para o registro contábil da concessão de benefícios ao arrendatário, durante o período impactado pela pandemia do Covid-19, facultando a opção de não tratar o benefício como uma modificação de contrato. Em 07 de julho de 2020, a CVM publicou a Deliberação nº 859/2020 que aprova a revisão do CPC 06 (R2)/IFRS 16 que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020.

Normas e emendas que estão vigentes partir de 1º de janeiro de 2020, não aplicáveis às operações da Companhia e do Varejo:

Notas Explicativas

- EMENDAS CPC 38, CPC 40 (R1) E CPC 48 – Reforma da taxa de juros de referência, relacionada com a previsão de descontinuidade do uso da London Interbank Offered Rate (LIBOR) como taxa de juros de referência após 2021.

As novas normas e interpretações ainda não efetivas: Contratos Onerosos: custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37). - Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16). - Imobilizado: receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16). - Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3). - Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1), não foram adotadas pela Companhia e não são esperados impactos relevantes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Caixa e bancos - conta movimento	<u>121</u>	<u>2.603</u>	<u>28.603</u>	<u>20.464</u>

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	31/12/20	31/12/19
Títulos a receber	3.988	7.734
Recebíveis de cartão de crédito e débito	<u>3.736</u>	<u>15.846</u>
	7.724	23.580
Perda esperada	<u>(391)</u>	<u>(311)</u>
	<u>7.333</u>	<u>23.269</u>

O prazo médio de recebimento das vendas de mercadorias realizadas pelo Varejo (“títulos a receber”) é de 18 dias (27 dias em 31 de dezembro de 2019). As contas a receber representadas por cartões de crédito estão distribuídas, substancialmente, nas seguintes adquirentes: Rede, Paypal, e Edenred Ticket.

A Administração não reconheceu o ajuste a valor presente (Nota explicativa 3f).

A exposição máxima ao risco de crédito na data de encerramento de cada período é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento.

Notas Explicativas

Composição dos saldos por vencimento:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
A vencer	4.240	22.388
Vencidos:		
Até 60 dias	836	802
De 61 a 90 dias	368	34
De 91 a 180 dias	1.886	12
Acima de 180 dias	<u>394</u>	<u>344</u>
	<u>7.724</u>	<u>23.580</u>

As contas a receber de clientes do Varejo estão representadas, em sua maior parte, por recebíveis em cartões de crédito e débito, cujas perdas são originadas por cancelamento das vendas, ou *charge back*, seja por não reconhecimento da compra por parte do titular do cartão, seja por fraude na utilização de cartões. As perdas esperadas relacionadas com o recebimento de cartões utilizam como base para sua estimativa as vendas realizadas e o histórico de perdas e são ajustadas pelo recebimento dos créditos. As perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa para os títulos a receber são estimadas com base na probabilidade de recebimento e levam em consideração em seu cálculo, créditos vencidos há mais de 180 dias e evidências objetivas de insolvência, inadimplência ou atrasos do devedor. Não foram identificadas outras perdas relevantes na análise de *impairment* dos recebíveis.

O valor consolidado das perdas registradas no resultado do exercício são respectivamente: R\$299 e R\$1.204 para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

6. ESTOQUES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Mercadorias para revenda	51.245	135.691
(-) Perda com obsolescência	(5.596)	(35.082)
Materiais de embalagem e consumo	<u>-</u>	<u>1.917</u>
	<u>45.649</u>	<u>102.526</u>

Mercadorias recebidas em consignação

O Varejo possui volume expressivo de mercadorias recebidas em consignação da categoria Livros, equivalentes a R\$41.961 (R\$117.007 em 31 de dezembro de 2019). O estoque consignado é registrado em rubricas específicas de controle para apropriação do custo das mercadorias vendidas e dos montantes a pagar sob essa forma contratual, de tal modo que os estoques apresentados nas demonstrações contábeis reflitam apenas as mercadorias adquiridas por compra firme. O custo das vendas de mercadorias é apropriado ao resultado para cada unidade vendida, na data da venda, indistintamente se as mercadorias foram recebidas em consignação ou adquiridas em compra firme.

Notas Explicativas

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas devoluções de mercadorias recebidas em consignação no montante de R\$62.178. No período entre 1 de janeiro de 2021 e a data de conclusão das demonstrações contábeis, foram realizadas devoluções de mercadorias recebidas em consignação no montante de R\$2.

Perda com obsolescência de estoques

As perdas com obsolescência nas operações do Varejo são estimadas para os grupos de itens similares do estoque em que houve evidência de que o valor líquido de realização das mercadorias, pela sua venda durante o curso normal dos negócios será inferior ao valor de custo, por deterioração, obsolescência, baixo giro ou por ausência de movimentação de acordo com critérios estabelecidos na política de perdas com obsolescência dos estoques, adotada pela Companhia. A reversão apresentada no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 se deve às iniciativas da Administração, iniciadas em 2019, para o escoamento do estoque obsoleto.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Contribuição para o Financiamento da				
Seguridade Social - COFINS (ii)	1.687	1.730	7.681	88.504
Programa de Integração Social - PIS (ii)	25	32	1.598	16.893
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (iii)	2.033	2.700	7.706	15.054
Contribuição Social sobre o Lucro				
Líquido - CSLL (iii)	1.968	1.932	4.716	10.804
Imposto sobre Circulação de Mercadorias				
e Serviços - ICMS a recuperar (i)	-	-	55.656	79.312
Outros	179	179	531	260
	<u>5.892</u>	<u>6.573</u>	<u>77.888</u>	<u>210.827</u>
Ativo circulante	179	179	33.309	44.175
Ativo não circulante	<u>5.713</u>	<u>6.394</u>	<u>44.579</u>	<u>166.652</u>
	<u>5.892</u>	<u>6.573</u>	<u>77.888</u>	<u>210.827</u>

- (i) ICMS e ICMS por substituição tributária (ICMS ST) das operações comerciais e de abastecimento do Varejo, no montante de R\$55.656 de ICMS (R\$79.312, sendo R\$66.344 de ICMS e R\$12.968 de ICMS ST em 31 de dezembro de 2019), líquidos de provisão para perda do valor realizável no montante de R\$45.777 (R\$25.725 em 2019). Estão em curso, medidas administrativas endereçadas à Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, onde estão centralizadas as operações de abastecimento do Varejo, com o propósito de recuperação de créditos acumulados de ICMS por meio do sistema e-CredAc – custeio, nos termos da legislação vigente no RICMS – SP, da ordem de R\$54.700, líquidos de perda ao valor de realização de R\$9.653, dos quais o Varejo estima realizar a totalidade via processo administrativo. Em 17 de março de 2021, a Companhia foi formalmente notificada sobre o

Notas Explicativas

deferimento do processo administrativo, resultando um crédito de ICMS no montante de R\$65.023 (Nota explicativa 32).

- (ii) Representado, substancialmente, por créditos das contribuições PIS/COFINS, originados nas operações do Varejo, no montante de R\$7.568 (R\$103.635 em 31 de dezembro de 2019), líquidos de perda ao valor de realização de R\$151.987 (R\$97.757 em 31 de dezembro de 2019), apropriados sobre compras de mercadorias e serviços, insumos e despesas, nos termos da legislação vigente, entre o período de 2014 a 2019, não compensados até a data de encerramento do exercício com o valor devido apurado e pago das respectivas contribuições.

Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS

O Varejo obteve o trânsito em julgado entre dezembro de 2018 e setembro de 2020 em quatro ações judiciais que discutiram a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições PIS e COFINS, objeto de julgamento do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral – RE 574.706/PR, que decidiu que o ICMS não compõe o faturamento ou receita bruta das empresas e, portanto, deve ser excluído da base de cálculo das referidas contribuições. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, houve revisão da estimativa dos montantes a recuperar. O montante do crédito constituído e estimado de realização para todas as ações é de R\$5.688 (R\$15.216 em 31 de dezembro de 2019), líquidos de perda ao valor de realização de R\$8.532 (R\$35.503 em 31 de dezembro de 2019).

- (iii) Representado por créditos resultantes das apurações anuais do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, recolhidos pelo regime de estimativa.

A Administração estimou perda na realização de créditos tributários no montante de R\$111.088 (106.163 em 31 de dezembro de 2019).

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A realização dos ativos fiscais diferidos, constituídos na Controladora e no Varejo sobre diferenças temporárias, foi considerada até o limite dos passivos fiscais diferidos constituídos sobre as diferenças temporárias.

Os créditos fiscais originados do imposto de renda – IR e da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL calculados, respectivamente sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL do Varejo foram revertidos por não existir histórico de lucro tributável, ou evidências de lucros tributáveis no futuro, nos termos do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(412.082)	(273.181)	(412.115)	(273.205)
Aliquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	140.108	92.882	140.119	92.890
Adições permanentes - despesas não dedutíveis	(11)	6.954	(13.992)	(1.747)
Exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	(138.393)	(100.014)	-	-
Créditos fiscais não registrados	<u>(1.704)</u>	<u>(11.308)</u>	<u>(126.127)</u>	<u>(102.629)</u>
	<u>-</u>	<u>(11.486)</u>	<u>-</u>	<u>(11.486)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:				
Diferidos	<u>-</u>	<u>(11.486)</u>	<u>-</u>	<u>(11.486)</u>

9. PARTES RELACIONADAS

a) Transações comerciais e empréstimos de mútuo

As partes relacionadas da Controladora são:

- Varejo - empresa controlada
- Instituto Jorge Saraiva - outras partes relacionadas

As transações com as partes relacionadas compreendem operações de doações; reembolso de despesas da controlada; e empréstimo de mútuo.

O Instituto Jorge Saraiva encerrou suas atividades em março de 2020. As doações realizadas em espécie foram destinadas às ações sociais e comunitárias da comunidade local. No exercício de encerrado em 31 de dezembro de 2020, não foram realizadas doações (R\$596 em 21 de dezembro de 2019).

Empréstimos de mútuo obtidos com a Controlada:

	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Saldos no início do exercício	8.619	2.183
Empréstimos obtidos	1.500	6.709
Pagamentos efetuados	(10.151)	(569)
Despesas financeiras	<u>32</u>	<u>296</u>
Saldos no fim do exercício	<u>-</u>	<u>8.619</u>

Notas Explicativas

Empréstimos de mútuo concedidos para a Controlada:

	<u>31/12/20</u>
Saldos no início do exercício	-
Empréstimos concedidos	
líquidos dos recebimentos	69.701
Pagamentos efetuados	(8.799)
Receitas financeiras	<u>973</u>
Saldos no fim do exercício	<u>61.875</u>

b) Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Pró-labore do conselho de administração	926	1.349	1.004	1.493
Pró-labore da diretoria	<u>15</u>	<u>24</u>	<u>544</u>	<u>1.330</u>
Subtotal	941	1.373	1.548	2.823
Remuneração baseada em ações	-	18	-	18
Outras remunerações	<u>230</u>	<u>349</u>	<u>406</u>	<u>787</u>
	<u>1.171</u>	<u>1.740</u>	<u>1.954</u>	<u>3.628</u>

A Controladora não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto social da Controladora, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, estabelecer o montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria. Poderá ser atribuída, aos administradores, participação nos lucros nos termos do artigo 152 da Lei 6.404/76.

Notas Explicativas**10. INVESTIMENTOS**

Participação no Varejo e suas principais informações:

	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Quantidade de ações do capital social - milhares	489.666	489.666
Quantidade de ações possuídas - milhares	489.626	489.626
Participação no capital social	99,99%	99,99%
Participação do investimento no patrimônio líquido da Controladora (inclui créditos com o Varejo)	100,00%	100,00%
Capital social	515.123	515.123
Patrimônio líquido	(554.919)	(147.846)
Reversão de provisão para impairment pela baixa do ativo	<u>-</u>	<u>(4.909)</u>
Total	<u>(554.919)</u>	<u>(152.755)</u>
Provisão para perda com investimento	<u>(554.874)</u>	<u>(152.743)</u>

Base de cálculo para o resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela Controladora:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial:		
Prejuízo do Varejo	<u>(407.072)</u>	<u>(294.183)</u>
Equivalência patrimonial	<u>(407.039)</u>	<u>(294.159)</u>

Alterações registradas nas contas de investimentos:

	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Saldo no início do exercício	-	120.943
Participação no resultado do Varejo	(407.039)	(294.159)
Lucro não realizado em operação de venda do intangível para Varejo	-	20.473
Parcela excedente do saldo contábil da participação transferida para o passivo não circulante	<u>407.039</u>	<u>152.743</u>
Saldo no fim do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

Principais informações do Varejo:

	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Ativo total	291.051	821.038
Passivo circulante e não circulante	845.970	968.884
Patrimônio líquido	(554.919)	(147.846)
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Receita operacional líquida	246.325	669.658
Custo das mercadorias e serviços vendidos	<u>(170.234)</u>	<u>(470.179)</u>
Lucro bruto	76.091	199.479
Despesas operacionais	(172.719)	(331.759)
Depreciações	(43.138)	(77.613)
Outras	<u>(237.318)</u>	<u>(309.306)</u>
Resultado operacional	(377.084)	(519.199)
Resultado financeiro	<u>(29.988)</u>	<u>225.016</u>
Resultado antes dos impostos	(407.072)	(294.183)
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Prejuízo líquido	<u>(407.072)</u>	<u>(294.183)</u>

11. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação - %	Controladora					
		31/12/20			31/12/19		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10	679	(679)	-	783	(782)	1
Móveis, utensílios e instalações	10	2.490	(2.359)	131	2.490	(2.310)	180
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	5.421	(5.399)	22	5.421	(5.390)	31
Equipamentos de informática	20	<u>12.387</u>	<u>(12.387)</u>	-	<u>12.387</u>	<u>(12.386)</u>	<u>1</u>
		<u>20.977</u>	<u>(20.824)</u>	<u>153</u>	<u>21.081</u>	<u>(20.868)</u>	<u>213</u>

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

Notas Explicativas

	Taxa anual de depreciação - %	Consolidado					
		31/12/20			31/12/19		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10	1.080	(1.079)	1	6.445	(4.185)	2.260
Móveis, utensílios e instalações	10	28.599	(24.727)	3.872	73.407	(59.802)	13.605
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	70.306	(63.837)	6.469	152.422	(139.014)	13.408
Equipamentos de informática	20	33.564	(31.824)	1.740	69.182	(61.014)	8.168
Direito de uso em Arrendamento Imobilizado em andamento	-	-	-	-	59	-	59
		<u>270.834</u>	<u>(157.220)</u>	<u>113.614</u>	<u>655.286</u>	<u>(308.996)</u>	<u>346.290</u>

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

As alterações registradas na rubrica “Imobilizado” foram as seguintes:

	Controladora			
	31/12/19	Adições	Baixas	31/12/20
Custo:				
Máquinas e equipamentos	783	-	(104)	679
Móveis, utensílios e instalações	2.490	-	-	2.490
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.421	-	-	5.421
Equipamentos de informática	<u>12.387</u>	-	-	<u>12.387</u>
Total do custo	<u>21.081</u>	-	<u>(104)</u>	<u>20.977</u>
Depreciação acumulada:				
Máquinas e equipamentos	(782)	(1)	104	(679)
Móveis, utensílios e instalações	(2.310)	(49)	-	(2.359)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(5.390)	(9)	-	(5.399)
Equipamentos de informática	<u>(12.386)</u>	<u>(1)</u>	-	<u>(12.387)</u>
Total da depreciação	<u>(20.868)</u>	<u>(60)</u>	<u>104</u>	<u>(20.824)</u>
Valor líquido	<u>213</u>	<u>(60)</u>	-	<u>153</u>

Notas Explicativas

	Consolidado					31/12/20
	31/12/19	Adições	Baixas	Transferências	Perda por redução ao valor recuperável	
Custo:						
Máquinas e equipamentos	6.445	-	(255)	-	(5.110)	1.080
Móveis, utensílios e instalações	73.407	3	(10.593)	-	(34.218)	28.599
Benfeitorias em imóveis						
de terceiros	152.422	1.556	(19.766)	668	(64.574)	70.306
Equipamentos de informática	69.182	17	(9.552)	-	(26.083)	33.564
Direito de uso em arrendamento	353.771	20.508	(94.659)	-	(142.335)	137.285
Imobilizado em andamento	59	609	-	(668)	-	-
Total do custo	655.286	22.693	(134.825)	-	(272.320)	270.834
Depreciação acumulada:						
Máquinas e equipamentos	(4.185)	(124)	255	-	2.975	(1.079)
Móveis, utensílios e instalações	(59.802)	(2.094)	9.284	-	27.885	(24.727)
Benfeitorias em imóveis						
de terceiros	(139.014)	(3.796)	18.646	-	60.327	(63.837)
Equipamentos de informática	(61.014)	(2.532)	8.207	-	23.515	(31.824)
Direito de uso em arrendamento	(44.981)	(31.352)	16.331	-	24.249	(35.753)
Total da depreciação	(308.996)	(39.898)	52.723	-	138.951	(157.220)
Valor líquido	346.290	(17.205)	(82.102)	-	(133.369)	113.614

Os testes de recuperação são realizados quando existirem indicadores de perdas. A Administração realizou a revisão das estimativas contábeis utilizadas para determinar o valor recuperável dos ativos relacionados às lojas da rede, temporariamente fechadas em observância as orientações governamentais por conta da Covid-19. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, foi estimada perda por redução ao valor recuperável para os ativos do Varejo, no montante de R\$R\$6.042, líquidos da remensuração do passivo de arrendamento no montante de R\$127.327(R\$1.271 no exercício encerrado em 31 de dezembro 2019).

12. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização - %	Controladora					
		31/12/20			31/12/19		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Software	20	710	(710)	-	710	(710)	-

Notas Explicativas

	Taxa anual de amortização - %	Consolidado					
		31/12/20			31/12/19		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Cessão comercial	20	10.085	(10.085)	-	20.858	(20.858)	-
Software	20	88.738	(88.738)	-	158.100	(89.848)	68.252
Marcas e patentes	-	-	-	-	63	-	63
		<u>98.823</u>	<u>(98.823)</u>	<u>-</u>	<u>179.021</u>	<u>(110.706)</u>	<u>68.315</u>

As alterações registradas na rubrica “Intangível” foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado				
	31/12/19	31/12/20	31/12/19	Adições	Baixas	Perda por redução ao valor recuperável	31/12/20
Custo:							
Software	<u>710</u>	<u>710</u>					
Amortização acumulada:							
Software	<u>(710)</u>	<u>(710)</u>					
Valor líquido	<u>-</u>	<u>-</u>					
Custo:							
Cessão comercial	20.858	-	(5.830)		(4.943)		10.085
Software	158.100	109	(258)		(69.213)		88.738
Marcas e patentes	63	-	-		(63)		-
Total do custo	<u>179.021</u>	<u>109</u>	<u>(6.088)</u>		<u>(74.219)</u>		<u>98.823</u>
Amortização acumulada:							
Cessão comercial	(20.858)	-	5.830		4.943		(10.085)
Software	(89.848)	(6.151)	258		7.003		(88.738)
Total da amortização	<u>(110.706)</u>	<u>(6.151)</u>	<u>6.088</u>		<u>11.946</u>		<u>(98.823)</u>
Valor líquido	<u>68.315</u>	<u>(6.042)</u>	<u>-</u>		<u>(62.273)</u>		<u>-</u>

Os testes de recuperação são realizados anualmente independentemente da existência de indicadores de perdas para ágio e para os intangíveis com prazo de vida útil indefinida e, na existência de indicadores de perdas para os demais intangíveis. No exercício encerrado em 31

Notas Explicativas

de dezembro de 2020, a Administração identificou eventos que denotam a existência de indicadores de perdas para o intangível do Varejo, no montante de R\$67.182 (R\$50.234 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019), líquidos de reversão de provisão para impairment no intangível da Editora de R\$4.909.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Empréstimos e financiamentos		
Em moeda nacional:		
Empréstimos para capital de giro	156.020	150.304
Arrendamento financeiro	<u>6.998</u>	<u>6.567</u>
	<u>163.018</u>	<u>156.871</u>
Financiamento por arrendamento		
Em moeda nacional:		
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	<u>113.659</u>	<u>327.042</u>
	<u>276.677</u>	<u>483.913</u>
Passivo circulante	52.816	66.345
Passivo não circulante	<u>223.861</u>	<u>417.568</u>
	<u>276.677</u>	<u>483.913</u>

Empréstimos contratados

Instituição	Finalidade	Modalidade	Contratação	Vencimento	Garantias	Valor contratado	Encargos
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Mar/2017	Abr/2025	Aval Controladora, Imóvel e Aplicação Financeira	R\$ 120.000	TR + 0,8% a.m.
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Ago/2017	Ago/2030	Aval Controladora	R\$ 15.000	TR + 0,65% a.m.
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Ago/2019	Ago/2030	Aval Controladora	R\$ 1.358	TR + 0,8% a.m.
Banco Itaú S/A	Capital de giro	CCB	Mar/2019	Mai/2022	Aval Controladora	R\$ 16.640	100% CDI a.a. + 3% a.a.
HP Financial Services S/A	Software e manutenção	Leasing	Nov/2015	Set/2023	Bem arrendado	R\$ 10.709	100% CDI a.a. + 0,37% a.m.
HP Financial Services S/A	Software e manutenção	Leasing	Mar/2017	Mar/2023	Bem arrendado	R\$ 6.451	100% CDI a.a. + 0,34% a.m.
SG Equipment Finance S/A	Software e manutenção	Leasing	Dez/2014	Fev/2024	Bem arrendado	R\$ 12.223	-

Movimentação no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020

Descrição	31/12/19	Adições (Baixas)	Encargos	Pagamentos principal e juros	Remensuração do passivo de arrendamento	31/12/20
Empréstimos - capital de giro	150.304	-	13.871	(8.155)	-	156.020
Arrendamento financeiro	6.567	-	482	(51)	-	6.998
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	<u>327.042</u>	<u>(57.820)</u>	<u>6.064</u>	<u>(34.301)</u>	<u>(127.326)</u>	<u>113.659</u>
	<u>483.913</u>	<u>(57.820)</u>	<u>20.417</u>	<u>(42.507)</u>	<u>(127.326)</u>	<u>276.677</u>

Notas Explicativas

Arrendamentos Mercantis – CPC 06 (R2)

A Companhia e o Varejo adotaram a partir de 1 de janeiro de 2019, a forma de reconhecimento e mensuração de seus contratos de arrendamento mercantil de acordo com o CPC 06(R2). A Companhia não possui contratos de arrendamento mercantil incluídos na mensuração do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento do Varejo é reconhecido pelo valor presente das obrigações contratuais na data de contratação dos aluguéis em contrapartida do direito de uso, registrado em conta do ativo imobilizado.

A depreciação do ativo imobilizado é linear pelo prazo médio estimado de permanência nos estabelecimentos locados pelo Varejo, de acordo com cada contrato. A depreciação incorrida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$31.352 (nota explicativa 11).

Os juros incorridos pelo passivo de arrendamento foram calculados pela taxa incremental de empréstimos que seria obtida em operação similar, considerando a condição econômica do Varejo, equivalente a 8,53% a.a. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, foram incorridas despesas financeiras sobre o passivo de arrendamento no montante de R\$6.064.

Informações sobre os arrendamentos mercantis:

Cronograma de vencimentos dos contratos de arrendamento:

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/20</u>
Até 1 ano	25.178
De 1 ano a 5 anos	86.620
Mais que 5 anos	<u>42.670</u>
Total	<u><u>154.468</u></u>

Direito potencial de Pis e Cofins

A Companhia possui o direito potencial de Pis e Cofins a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos de natureza de plantas industriais e outros. Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de Pis e Cofins apresentados no quadro a seguir:

	<u>Nominal</u>	<u>Ajustado a valor presente</u>
Contraprestação arrendamento	154.468	113.659
PIS/COFINS potencial (9,25%)	<u>(13.079)</u>	<u>(9.623)</u>
	<u><u>141.389</u></u>	<u><u>104.036</u></u>

Notas Explicativas

Efeitos inflacionários

A Companhia adotou como política contábil os requisitos da NBC TG 06 (R3) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, com base no fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação. A Administração avaliou os impactos da utilização de fluxos nominais e concluiu que estes não apresentam distorções relevantes nas informações apresentadas. Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos da NBC TG 06 (R3) e para atender as orientações da CVM, são fornecidos os saldos do ativo de direito de uso, depreciação, passivos de arrendamento e despesa financeira sem inflação denominados fluxo real, e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação denominados fluxo inflacionado. As demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos inflacionados possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações contábeis.

<u>Ativos de direito de uso</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Passivos de Arrendamento</u>	<u>Consolidado</u>
<u>Fluxo real</u>	<u>31/12/20</u>	<u>Fluxo real</u>	<u>31/12/20</u>
Direito de uso	135.630	Passivo de arrendamento	150.628
Depreciação	<u>(34.098)</u>	Despesas financeiras (a incorrer)	<u>(36.969)</u>
	<u>101.532</u>		<u>113.659</u>
	<u>Consolidado</u>		<u>Consolidado</u>
<u>Fluxo inflacionado</u>	<u>31/12/20</u>	<u>Fluxo inflacionado</u>	<u>31/12/20</u>
Direito de uso	141.476	Passivo de arrendamento	157.120
Depreciação	<u>(35.568)</u>	Despesas financeiras (a incorrer)	<u>(38.562)</u>
	<u>105.908</u>		<u>118.558</u>

Outras informações sobre os arrendamentos mercantis

Direito de uso em arrendamento

Saldo inicial – 31/12/2019	308.790
Adições / baixas	(57.820)
Amortização	(31.352)
Remensuração do ativo de arrendamento	<u>(118.086)</u>
Saldos em 31/12/2020	<u>101.532</u>

Notas ExplicativasPassivo de arrendamento

Saldo inicial – 31/12/2019	327.042
Juros incorridos	6.064
Pagamentos realizados	(34.301)
Adições / baixas	(57.820)
Remensuração do passivo de arrendamento	<u>(127.326)</u>
Saldos em 31/12/2020	<u>113.659</u>

As informações sobre as despesas variáveis com arrendamentos mercantis não incluídas na mensuração do passivo de arrendamento da Companhia e do Varejo, estão apresentadas na nota explicativa nº 25.

14. RECEITA DIFERIDA - PROGRAMA DE FIDELIZAÇÃO

O programa de fidelização Saraiva Plus do Varejo promove as compras de produtos efetuadas pelos clientes nas lojas e no comércio eletrônico, que são transformadas em pontos, que, acumulados segundo as regras do programa, poderão ser utilizados como crédito para o pagamento em compras futuras. A cada 500 pontos (Bônus) conquistados por meio de compras o cliente recebe um voucher de R\$10,00 para ser utilizado em até três meses como desconto em compras futuras em qualquer loja e no comércio eletrônico do Varejo, sendo a utilização livre para a aquisição de qualquer produto. Os vouchers emitidos e não utilizados têm o direito de uso expirado no prazo de três meses. Os pontos adquiridos que não acumulam 500 pontos, expiram em um prazo de 12 meses. A receita de vendas, alavancada pelo programa de fidelização é registrada em receita diferida, no passivo circulante, pelo valor dos pontos acumulados, de acordo com as regras de acumulação. A receita diferida é reconhecida no resultado pela efetiva utilização dos vouchers adquiridos pelos clientes e pela efetiva expiração do direito de uso dos vouchers e dos pontos que não acumularam Bônus.

Em 31 de dezembro de 2020, a receita diferida do programa de fidelização, registrada em rubrica específica no consolidado, é de R\$997 (R\$3.379 em 31 de dezembro de 2019).

15. FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Fornecedor - nacional	1.254	629	104.148	93.266
Fornecedor - exterior	-	-	246	17
	<u>1.254</u>	<u>629</u>	<u>104.394</u>	<u>93.283</u>

Notas Explicativas

Composição dos saldos por vencimento:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
A vencer	22.361	74.745
Vencidos:		
Até 60 dias	5.079	15.783
De 61 a 90 dias	1.636	206
De 91 a 180 dias	15.720	8
Acima de 180 dias	<u>59.598</u>	<u>2.541</u>
	<u>104.394</u>	<u>93.283</u>

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	92	780
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	131	72	386	778
Contribuições sociais retidas na fonte sobre serviços tomados de pessoas jurídicas	33	14	101	681
Imposto sobre Serviços - ISS	-	-	17	50
Parcelamento de tributos - Estaduais (a)	-	-	1.368	1.616
Outros	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>91</u>	<u>57</u>
	<u>165</u>	<u>86</u>	<u>2.055</u>	<u>3.962</u>
Passivo circulante	165	86	1.190	2.798
Passivo não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>865</u>	<u>1.164</u>
	<u>165</u>	<u>86</u>	<u>2.055</u>	<u>3.962</u>

(a) Parcelamentos ordinários instruídos nos Estados de São Paulo, Santa Catarina, Ceará e Rio Grande do Sul relacionados a autos de infração de ICMS. O montante pago no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$497 (R\$549 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas**17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS**

	Controladora			
	<u>31/12/19</u>	<u>Despesa</u>	<u>Pagamento</u>	<u>31/12/20</u>
Férias	231	19	(1)	249
Salários a pagar	55	-	(6)	49
FGTS a recolher	19	4	(3)	20
INSS a recolher	97	199	(214)	82
	<u>402</u>	<u>222</u>	<u>(224)</u>	<u>400</u>

	Consolidado			
	<u>31/12/19</u>	<u>Despesa</u>	<u>Pagamento</u>	<u>31/12/20</u>
Férias	5.136	3.859	(6.631)	2.364
13º salário	-	3.037	(3.037)	-
Salários a pagar	2.011	29.481	(29.589)	1.903
FGTS a recolher	912	8.126	(8.699)	339
INSS a recolher	4.551	8.004	(11.391)	1.164
	<u>12.610</u>	<u>52.507</u>	<u>(59.347)</u>	<u>5.770</u>

18. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Controladora e o Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com obrigação presente e probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar essa obrigação. Os montantes provisionados são considerados suficientes para cobrir as prováveis saídas de recursos para liquidação das respectivas obrigações.

Composição da provisão e dos depósitos judiciais que garantem alguns dos processos:

Provisões

	Controladora		
	<u>31/12/19</u>	<u>Constituição</u>	<u>31/12/20</u>
		<u>/(Reversão)</u>	
Contingências tributárias (a)	47.218	9.901	57.119
Contingências trabalhistas	3.007	1.339	4.346
Contingências cíveis	656	39	695
	<u>50.881</u>	<u>11.279</u>	<u>62.160</u>

Notas Explicativas

	Consolidado		
	Constituição		
	<u>31/12/19</u>	<u>/(Reversão)</u>	<u>31/12/20</u>
Contingências tributárias (a)	137.205	84.374	221.579
Contingências trabalhistas	7.549	1.117	8.666
Contingências cíveis	4.854	8.630	13.484
ICMS - Auto de infração (b)	1.063	10	1.073
PIS/COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo	<u>2.162</u>	<u>184</u>	<u>2.346</u>
	<u>152.833</u>	<u>94.315</u>	<u>247.148</u>

(a) Inclui a constituição de provisões cuja probabilidade de perda foi estimada como provável pelos assessores jurídicos da Companhia e do Varejo, sendo as mais relevantes:

- i. Processos administrativos do Varejo, no montante estimado e provisionado de R\$42.962, relacionado a manifestação de inconformidade para despacho decisório que indeferiu Pedidos de Restituição/Compensação de créditos de PIS e COFINS para os períodos base de 2013 a 2015, cuja perda no âmbito administrativo é considerada provável pelos assessores jurídicos do Varejo. O montante provisionado corresponde a parcela utilizada para o pagamento de impostos administrados pela Receita Federal do Brasil. A parcela correspondente aos Pedidos de Restituição/Compensação não utilizada no montante de R\$62.254 de créditos restituíveis, registrada no ativo não circulante foi estimada como perda por redução ao valor de recuperação (Nota explicativa nº 7);
- ii. Constituição de provisão no montante de R\$65.684, relacionada a apropriação de créditos das contribuições PIS/COFINS sobre despesas operacionais consideradas essências à atividade do Varejo;
- iii. Ações judiciais da Controladora e do Varejo, que discutem com o Banco do Brasil a atualização monetária dos depósitos judiciais requeridos pela RFB, no montante estimado de R\$59.051 para garantir ações judiciais que discutiram a majoração da alíquota da COFINS, cujo trânsito em julgado, resultou em favor da RFB;
- iv. Mandados de segurança instruídos para assegurar o direito ao desembaraço aduaneiro do e-reader do Varejo sem o recolhimento dos tributos federais, o montante de R\$9.975;
- v. Autos de infração e imposição de multas para a Controladora, no montante de R\$15.006, envolvendo contribuições previdenciárias;
- vi. Autos de infração e imposição de multa para o Varejo, no montante de R\$17.766.

(b) Provisão correspondente ao valor de principal e multa para discussão judicial em curso para anulação de autos de infração lavrados em 2011, relacionados a créditos de ICMS tomados sobre a aquisição de mercadorias de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo.

Notas ExplicativasDepósitos judiciais

	<u>Controladora</u>		
	Acréscimo/		
	<u>31/12/19</u>	<u>(Baixa)</u>	<u>31/12/20</u>
PIS/COFINS (a)	996	8	1.004
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066
Outros processos judiciais e administrativos	3.578	145	3.723
Processos judiciais trabalhistas	<u>889</u>	<u>(265)</u>	<u>624</u>
	<u>11.529</u>	<u>(112)</u>	<u>11.417</u>
	<u>Consolidado</u>		
	Acréscimo/		
	<u>31/12/19</u>	<u>(Baixa)</u>	<u>31/12/20</u>
PIS/COFINS (a)	996	8	1.004
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066
Outros processos judiciais e administrativos (b)	23.805	(7.784)	16.021
Processos judiciais trabalhistas	<u>3.148</u>	<u>167</u>	<u>3.315</u>
	<u>34.015</u>	<u>(7.609)</u>	<u>26.406</u>

(a) Ações judiciais impetradas pela Controladora e pelo Varejo para questionar a ampliação da base de cálculo das contribuições federais, PIS e COFINS, instituídas pela Lei 9.718/98. As ações tiveram o trânsito em julgado em favor das empresas e a liberação dos depósitos aguardam processamento.

(b) Inclui o montante de R\$8.706 relativos a IPI, II, PIS e COFINS originados em liminar parcialmente deferida em Mandado de Segurança para reconhecer a imunidade de impostos e alíquota zero para as contribuições PIS/COFINS nos processos de importação do leitor digital – LEV.

Passivos contingentes

A Administração da Controladora e do Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com possibilidade de perda avaliada como possível por seus assessores jurídicos em montante estimado de R\$482.206, sendo R\$248.120 para a Controladora e R\$234.086 para o Varejo (R\$489.719 em 31 de dezembro de 2019, sendo R\$245.307 para a Controladora e R\$244.412 para o Varejo).

Notas Explicativas

Composição dos principais passivos com probabilidade de perdas avaliadas como possíveis:

NATUREZA DOS PROCESSOS	OBJETO	2020	2019
TRIBUTARIA	Autos de infração, processos administrativos de impugnação ações judiciais	435.666	427.490
CIVEL	Ações renovatórias e outros procesos com objetos variados	35.920	51.558
TRABALHISTA	Ações relacionadas a responsabilidade subsidiária ou reconhecimento de vínculo empregatício em contratos de prestação de serviço	10.620	10.671
TOTAL		482.206	489.719

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de fevereiro de 2020, re- ratificada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de fevereiro de 2020, foi deliberada (i) a homologação parcial do aumento de capital deliberado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de novembro de 2019, com a emissão de 12.244.309 novas ações (8.998.528 ações ordinárias e 3.245.781 ações preferenciais), correspondentes ao montante de R\$17.754, passando o capital social da Companhia de R\$282.999 para R\$300.753, e (ii) uma nova emissão de bônus de subscrição da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, conforme disposto no artigo 8º do Estatuto Social da Companhia e em complemento à emissão de bônus de subscrição deliberada pelo CA em 03/11/2019.

Em Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 26/06/20, 31/07/20, 28/08/20, 05/10/20 e 11/12/20, foram deliberados aumentos de capital por meio do exercício de bônus de subscrição, com emissão de 24.161.925 novas ações (4.832.385 ações ordinárias e 19.329.540 ações preferenciais), correspondentes ao montante de R\$1.223, passando o capital social da Companhia de R\$300.753 para R\$301.976.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Controladora, no montante de R\$301.976 (R\$282.999 em 31 de dezembro de 2019), está representado por 63.410.194 ações, sendo 23.513.669 ordinárias e 39.896.525 preferenciais (26.701.745 ações em 31 de dezembro de 2019, sendo 9.622.313 e 17.079.432, respectivamente) sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral. O estatuto social da Controladora atende às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da B3.

A Controladora está autorizada a aumentar o capital social, mediante a emissão de novas ações para subscrição, por deliberação do Conselho de Administração, e independentemente de reforma estatutária, em até 20.000.000 de ações, com a possibilidade de destinação de até 500.000 ações desse total para outorga de opções de compra, nos termos do estatuto. Em 31 de outubro de 2019 foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital autorizado da Companhia, que passou para o limite de até 66.000.000 (sessenta e seis milhões) de ações; e a inclusão de regra estatutária conferindo poderes ao Conselho de

Notas Explicativas

Administração da Companhia para, dentro do limite do capital autorizado, emitir bônus de subscrição.

As ações preferenciais da Controladora, cujo número não poderá ultrapassar dois terços do total de ações emitidas, conferem aos seus titulares os seguintes direitos ou vantagens:

- Direito de voto restrito, na forma do estatuto.
- Direito de alienar as ações preferenciais na hipótese de alienação do poder de controle da Controladora, na forma do estatuto.
- Dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias.
- Participação na distribuição de ações bonificadas provenientes de capitalização de reservas, lucros acumulados e de quaisquer outros fundos, em igualdade de condições com os acionistas titulares de ações ordinárias.

Não é admitida a conversão de ações ordinárias em preferenciais e vice-versa.

b) Bônus de subscrição

Nos termos da cláusula 11.6 do Plano de Recuperação Judicial Original, homologado em 4 de setembro de 2019, os credores da Subclasse Credores Fornecedores Incentivadores, que assim optarem no Termo Credor Incentivador – cláusula 11.2.1, do referido plano, farão jus ao recebimento de Bônus de Subscrição que conferirá aos seus titulares o direito de adquirir determinada quantidade de ações representativas do capital social da Companhia, sendo que quaisquer recursos recebidos pela Companhia em decorrência da emissão ou exercício dos Bônus de Subscrição, inclusive em caso do exercício do direito de preferência pelos acionistas, deverão ser integral e prioritariamente destinados à amortização extraordinária da dívida com os Credores Fornecedores Incentivadores.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, foram emitidos e utilizados para amortização da dívida 5.816.587 bônus, correspondentes a 29.082.935 ações (5.816.587 ações ordinárias e 23.266.348 ações preferenciais), equivalentes ao montante de R\$54.835.

c) Ações em tesouraria - Instruções CVM nº 10/80 e nº 298/97

A Controladora mantém 15.700 ações ordinárias em tesouraria, representadas por R\$233, com valor de mercado de R\$18 (R\$1,14 por ação - cotação em 30 de dezembro de 2020).

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

É assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

A Controladora não poderá, salvo se autorizada pela maioria de votos em assembleia especial dos acionistas titulares de ações preferenciais, reter, por mais de quatro trimestres sucessivos, disponibilidade financeira em quantia superior a 25% do seu ativo total. A disponibilidade financeira corresponderá à soma dos valores registrados sob a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, excedente à soma dos valores contabilizados sob a rubrica “Empréstimos e financiamentos” dos passivos circulante e não circulante. Conforme

Notas Explicativas

disposição estatutária, o montante de juros sobre o capital próprio para efeito do cálculo do dividendo obrigatório é líquido do imposto de renda.

Em 28 de outubro de 2019, a Companhia comunicou aos seus acionistas que o pagamento dos dividendos declarados pela Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 26 de abril de 2018, no montante de R\$5.817, será realizado nos termos do PRJ aprovado em 28 de agosto e homologado em 4 de setembro de 2019 será realizado. O saldo remanescente, no montante de R\$11.634, estabelecido no cronograma de distribuição divulgado por meio de Fato Relevante publicado em 2 de agosto de 2017, que permaneceu em aberto em decorrência da situação econômico-financeira da Companhia, conforme Fato Relevante publicado em 28 de março de 2019, será reclassificado para reserva especial, onde poderá absorver prejuízos acumulados do exercício corrente, nos termos previstos na Lei 6.404/76.

e) Plano de opção de compra de ações da Controladora

Os Programas aprovados pelo Conselho de Administração foram outorgados a administradores e colaboradores da Controladora e do Varejo. No período entre 13 de maio e 13 de setembro de 2019, as opções equivalentes a 42.400 ações do 7º Programa (5ª tranche) não foram exercidas e expiraram.

f) Ajustes de avaliação patrimonial

O saldo de R\$11.279, líquido dos impostos diferidos de R\$5.810, representa o valor atribuído ao ativo imobilizado “Terrenos” da Controladora em decorrência da adoção da prática do custo atribuído (“deemed cost”), aplicável à adoção inicial das novas práticas contábeis adotadas no Brasil.

g) Participação de não controladores:

	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Saldos no início do exercício	(12)	12
Participação no resultado do exercício	<u>(33)</u>	<u>(24)</u>
Saldos no fim do exercício	<u>(45)</u>	<u>(12)</u>

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Receita operacional líquida:		
Venda de mercadorias e serviços	256.353	710.060
(-) Impostos incidentes	(7.820)	(28.446)
(-) Devoluções	(4.590)	(12.898)
(-) Diferimento da receita - Saraiva Plus	<u>2.382</u>	<u>942</u>
	<u>246.325</u>	<u>669.658</u>

Notas Explicativas**21. DESPESAS POR NATUREZA**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Mercadorias	-	-	(170.234)	(470.179)
Despesa com pessoal e encargos	(161)	(948)	(75.410)	(138.095)
Honorários dos administradores	(941)	(1.373)	(1.548)	(2.823)
Propaganda e publicidade	-	-	(5.743)	(21.054)
Arrendamento mercantil - parcela variável	-	-	(1.043)	(2.163)
Publicações legais	(245)	(208)	(364)	(314)
Condomínio e fundos de promoção	-	-	(13.436)	(28.533)
Fretes e embalagens	-	-	(16.013)	(33.214)
Manutenção de instalações, máquinas e equipamentos	(14)	-	(10.988)	(22.652)
Serviços de informática	-	-	(8.743)	(10.374)
Consultoria e assessoria	-	-	(4.295)	(13.027)
Viagens e estadias	-	-	(142)	(474)
Despesas com cartão de crédito, boleto e cobrança	-	-	(4.443)	(9.681)
Perda com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(299)	(1.204)
Outras	<u>(2.520)</u>	<u>(2.197)</u>	<u>(34.133)</u>	<u>(52.877)</u>
	<u>(3.881)</u>	<u>(4.726)</u>	<u>(346.834)</u>	<u>(806.664)</u>
Classificadas como:				
Custo das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	(170.234)	(470.179)
Despesas com vendas	-	-	(113.147)	(217.145)
Despesas gerais e administrativas	<u>(3.881)</u>	<u>(4.726)</u>	<u>(63.453)</u>	<u>(119.340)</u>
	<u>(3.881)</u>	<u>(4.726)</u>	<u>(346.834)</u>	<u>(806.664)</u>

Notas Explicativas**22. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Resultado na baixa e/ou venda				
de ativo imobilizado, intangível e ágio	32	10	(1.967)	(69.107)
Perda por redução ao valor recuperável - ativo				
imobilizado, intangível e impostos a recuperar	4.909	-	(179.404)	(157.658)
Baixa de créditos tributários	-	-	(148)	(10.109)
Baixa de créditos com fornecedores	-	-	(615)	(567)
Baixa de depósitos judiciais	-	-	-	(1.217)
PIS/COFINS s/ outras receitas				
operacionais e financeiras	(57)	(27)	(5.296)	(2.208)
Cartão "private label"	-	-	(267)	(1.537)
Provisão para contingências	(6.252)	-	(89.096)	(88.740)
Ajustes do plano de recuperação judicial	-	(77)	(221)	(17.222)
Parcelamento tributos estaduais	-	-	-	(1.057)
Outras despesas operacionais	(29)	(43)	(231)	(6.650)
	<u>(1.397)</u>	<u>(137)</u>	<u>(277.245)</u>	<u>(356.072)</u>

23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Cartão presente não resgatado, e outros				
créditos de clientes não reclamados	-	-	15.698	12.147
Venda de saldos - mercadorias obsoletas	-	-	850	-
Baixa de lucro não realizado na operação				
de venda do intangível para o Varejo	-	20.473	-	-
Constituição de crédito tributário de ação				
judicial transitada em julgado	-	-	-	50.719
Despesas recuperadas	-	267	5.432	2.627
Ganho na baixa da dívida por meio				
de bônus de subscrição	-	-	14.822	-
Outras receitas operacionais	-	187	1.728	2.063
	<u>-</u>	<u>20.927</u>	<u>38.530</u>	<u>67.556</u>

Notas Explicativas**24. RESULTADO FINANCEIRO**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Receitas financeiras:				
Receitas sobre aplicações financeiras	-	-	33	512
Juros sobre empréstimos a controlada	973	-	-	-
Juros recebidos de clientes	-	-	3	21
Juros sobre impostos a recuperar	253	555	1.064	3.652
Descontos financeiros obtidos	17	15	2.011	1.184
AVP - Credores recuperação judicial	213	5.464	1.206	290.743
Outros juros e variações ativas	-	-	187	503
	<u>1.456</u>	<u>6.034</u>	<u>4.504</u>	<u>296.615</u>
Despesas financeiras:				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(20.348)	(38.466)
Juros sobre empréstimos efetuados pela controlada	(32)	(296)	-	-
pela controladora				
AVP - Credores recuperação judicial	(134)	-	(9.720)	-
Descontos financeiros concedidos	-	-	(8)	-
Outros juros e variações passivas	(5)	(116)	(2.193)	(18.024)
Imposto sobre Operações de Crédito - IOF	(50)	(115)	(730)	(957)
Outras comissões financeiras	(212)	(204)	(214)	(8.183)
Outras despesas financeiras	(729)	(243)	(985)	(909)
	<u>(1.162)</u>	<u>(974)</u>	<u>(34.198)</u>	<u>(66.539)</u>
	<u>294</u>	<u>5.060</u>	<u>(29.694)</u>	<u>230.076</u>

25. ARRENDAMENTO MERCANTIL – PARCELA VARIÁVEL DOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2020, o Varejo possuía 39 contratos de locação de suas lojas firmados com administradoras de shoppings ou proprietários de lojas de rua, qualificados como arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por índices representativos da inflação e da evolução do segmento imobiliário, com prazos de validade de cinco anos em sua maioria, sujeitos à renovação, e são usualmente garantidos pela Controladora por meio de fiança. O contrato de aluguel das áreas Administrativas do Varejo possui valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (a) o equivalente a de 2% a 10% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (b) um valor mínimo mensal atualizado

Notas Explicativas

anualmente por determinados índices representativos da inflação, conforme o caso. Os referidos contratos de locação possuem período de vigência indeterminado ou determinado; nesse último caso, os prazos variam de cinco a dez anos, sujeitos à renovação contratual amigável ou judicial (ação renovatória). A partir de 1 de janeiro de 2019, o montante registrado na rubrica “Aluguéis”, em despesas operacionais está relacionado à parcela variável dos contratos de locação e dos demais contratos não qualificados na definição de arrendamento prevista no CPC 06(R2).

Despesas com aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Arrendamentos mercantis - nota explicativa 21	<u>(1.043)</u>	<u>(2.163)</u>

O saldo da rubrica “Arrendamento mercantil - locação de lojas” no passivo circulante em 31 de dezembro de 2020 no consolidado é de R\$5.609 (R\$1.826 em 31 de dezembro de 2019).

26. PREJUÍZO POR AÇÃO

O estatuto social da Controladora assegura aos acionistas titulares de ações preferenciais dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias. A tabela a seguir demonstra o cálculo do prejuízo por ação de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33):

	<u>LPA - Total</u>			<u>LPA - Continuada</u>			<u>LPA - Descontinuada</u>		
	<u>01/01/20 a 31/12/20</u>			<u>01/01/20 a 31/12/20</u>			<u>01/01/20 a 31/12/20</u>		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Prejuízo atribuído aos acionistas da Controladora	(155.528)	(264.067)	(419.595)	(152.744)	(259.338)	(412.082)	(2.784)	(4.729)	(7.513)
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo básico por ação	19.299	27.425	46.724	19.299	27.425	46.724	19.299	27.425	46.724
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo diluído por ação	19.299	27.425	46.724	19.299	27.425	46.724	19.299	27.425	46.724
Prejuízo por ação - básico - R\$	(8,05888)	(9,62886)		(7,91460)	(9,45644)		(0,14428)	(0,17242)	
Prejuízo por ação - diluído - R\$	(8,05888)	(9,62886)		(7,91460)	(9,45644)		(0,14428)	(0,17242)	

	<u>LPA - Total</u>			<u>LPA - Continuada</u>			<u>LPA - Descontinuada</u>		
	<u>01/01/19 a 31/12/19</u>			<u>01/01/19 a 31/12/19</u>			<u>01/01/19 a 31/12/19</u>		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Prejuízo atribuído aos acionistas da Controladora	(114.493)	(203.555)	(318.048)	(102.476)	(182.191)	(284.667)	(12.017)	(21.364)	(33.381)
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo básico por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo diluído por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Prejuízo por ação - básico - R\$	(11,91814)	(11,91814)		(10,66727)	(10,66727)		(1,25087)	(1,25087)	
Prejuízo por ação - diluído - R\$	(11,91814)	(11,91814)		(10,66727)	(10,66727)		(1,25087)	(1,25087)	

Notas Explicativas

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão do risco de capital

Entre os principais objetivos da gestão do capital realizada pela Administração da Controladora e do Varejo destacam-se: o de assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas; e o de manter uma estrutura de capital apropriada para minimizar os custos a ela associados.

Diante dos impactos trazidos pelo Coronavírus (COVID-19), com redução drástica do faturamento pelo fechamento temporário de 100% das lojas físicas desde março de 2020, a Administração apresentou um aditivo ao Plano de Recuperação Judicial aderente à nova realidade econômica do País como forma de prevenção aos impactos da pandemia e preservação da atividade operacional (Nota explicativa 31)

As estruturas de capital da Controladora e do Varejo consistem em passivos financeiros com instituições financeiras (nota explicativa nº 13), caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4) e patrimônio líquido (nota explicativa nº 19).

Os índices de endividamento podem ser assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Empréstimos e financiamentos e				
credores por recuperação judicial	3.732	2.933	474.621	739.018
(-) Caixa, equivalentes de caixa e mútuo	(61.995)	(2.603)	(28.603)	(20.464)
Dívida líquida	(58.263)	330	446.018	718.554
Patrimônio líquido	(545.074)	(172.677)	(545.119)	(172.689)
Total	<u>(603.337)</u>	<u>(172.347)</u>	<u>(99.101)</u>	<u>545.865</u>
Índice de dívida líquida	<u>9,66%</u>	<u>-0,19%</u>	<u>-450,06%</u>	<u>131,64%</u>

Periodicamente, a Administração da Controladora e do Varejo revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber, fornecedores e estoques, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

b) Categorias de instrumentos financeiros

Notas Explicativas

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
	Valor <u>Contábil</u>	Valor <u>Contábil</u>
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	121	2.603
Empréstimos e recebíveis		
Partes relacionadas - contrato de mútuo	<u>61.875</u>	<u>-</u>
	<u>61.996</u>	<u>2.603</u>
Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Fornecedores	1.254	629
Credores por recuperação judicial	3.732	2.933
Partes relacionadas - contrato de mútuo	<u>-</u>	<u>8.619</u>
	<u>4.986</u>	<u>12.181</u>
	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
	Valor <u>Contábil</u>	Valor <u>Contábil</u>
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	28.603	20.464
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	<u>7.333</u>	<u>23.269</u>
	<u>35.936</u>	<u>43.733</u>
Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	276.677	483.913
Fornecedores	104.394	93.283
Credores por recuperação judicial	197.943	255.105
Arrendamento mercantil -		
locação de lojas	5.609	1.826
Outras obrigações	<u>1.146</u>	<u>889</u>
	<u>585.769</u>	<u>835.016</u>

A Administração da Controladora e do Varejo é de opinião que os instrumentos financeiros, reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas pelos seus valores

Notas Explicativas

contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado no encerramento de cada período.

O saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” é atualizado monetariamente com base em taxas contratuais (nota explicativa nº 13) e juros variáveis em virtude das condições de mercado; e, portanto, o saldo devedor registrado no encerramento de cada período está próximo do valor de mercado.

c) Riscos financeiros

As atividades da Controladora e do Varejo estão expostas aos riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional e ao risco limitado ao valor pago pelo derivativo utilizado como instrumento de proteção a exposição de variação de preço da moeda.

A gestão de risco da Controladora e do Varejo é realizada segundo as políticas aprovadas pelas respectivas Diretorias. A área Financeira da Controladora e do Varejo identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as áreas operacionais.

d) Gestão do risco de taxa de juros

As operações da Controladora e o Varejo estão expostas a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros, substancialmente sobre os empréstimos tomados e aplicações financeiras. A política de gestão de risco de taxas de juros definida pela Administração compreende o acompanhamento permanente do cenário econômico para identificação de possíveis oscilações das taxas de juros e, quando aplicável, a contratação de operações que possam garantir proteção às mudanças nas taxas de juros, bem como, a ponderação entre a contratação de operações pós-fixadas e pré-fixadas.

Saldo que representavam a exposição máxima ao risco de taxa de juros na data de encerramento do exercício:

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/20</u>
<u>Risco</u>	<u>Valor Contábil</u>
Empréstimos e financiamentos Alta do CDI	<u><u>17.906</u></u>

e) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475/08

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos e das aplicações de sobras de caixa.

A Controladora apresenta a seguir as informações suplementares sobre os instrumentos financeiros da Controladora e do Varejo que são requeridas pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise, a Administração da Controladora e do Varejo adotou as seguintes premissas:

Notas Explicativas

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos relevantes.
- Definição de um cenário provável do comportamento de risco (Cenário I).
- Definição de dois cenários adicionais com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

Eventuais efeitos nos saldos patrimoniais conforme cenários analisados:

Ativos e passivos com juros recalculados conforme cenários anteriormente estabelecidos.

Operação	Risco	Valores patrimoniais		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI - Varejo				
	Baixa do CDI	(10)	(25)	(49)
Empréstimos para capital de giro sujeitos a variação do CDI - Varejo				
	Alta do CDI	(43)	(107)	(215)
Arrendamentos financeiros sujeitos a variação do CDI - Varejo				
	Alta do CDI	(16)	(40)	(79)
Resultado líquido		(69)	(172)	(343)

f) Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito na Controladora e no Varejo estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Diretoria e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da seleção da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

Exposição máxima a este risco na data de encerramento do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
	Valor	Valor	Valor	Valor
	Contábil	Contábil	Contábil	Contábil
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	121	2.603	28.603	20.464
Contas a receber de clientes	-	-	7.333	23.269
	<u>121</u>	<u>2.603</u>	<u>35.936</u>	<u>43.733</u>

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2020, o consolidado apresenta saldo de perda com créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$391 (R\$311 em 31 de dezembro de 2019), para cobrir os riscos de crédito.

g) Gerenciamento do risco de liquidez

A Administração monitora continuamente as previsões contínuas das exigências de liquidez da Controladora e do Varejo para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Controladora e o Varejo mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros:

Operação	Controladora				Total
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Fornecedores	1.254	-	-	-	1.254
Credores por recuperação judicial	1.311	57	86	7.821	9.275

Operação	Consolidado				Total
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Fornecedores	104.394	-	-	-	104.394
Credores por recuperação judicial	19.914	10.717	16.077	431.739	478.447
Empréstimos e financiamentos	58.171	55.840	109.294	100.987	324.292
Arrendamento mercantil -					
locação de lojas	5.609	-	-	-	5.609
Outras obrigações	1.146	-	-	-	1.146

h) Concentração de risco

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam às operações da Controladora e do Varejo à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. O saldo da rubrica “Contas a receber de clientes” do Varejo está substancialmente distribuído entre as adquirentes de cartões de crédito. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

i) Linhas de crédito

	Consolidado	
	31/12/20	31/12/19
Empréstimos:		
Utilizado	156.020	150.304

Notas Explicativas

j) Garantias obtidas

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/20</u>
Cartas de fiança em garantia de processo de execução fiscal federal	<u>8.805</u>

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, as cartas de fiança obtidas geraram despesas financeiras de R\$216 (R\$276 em 31 de dezembro de 2019).

k) Valor contábil e valor justo dos ativos e passivos financeiros

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/20</u>		<u>31/12/20</u>	
	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>
	<u>Contábil</u>	<u>Justo</u>	<u>Contábil</u>	<u>Justo</u>
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	121	121	28.603	28.603
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	-	-	7.333	7.333
Partes relacionadas - contrato de mútuo	61.875	61.875	-	-
Passivos mantidos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	-	-	276.677	282.906
Fornecedores	1.254	1.254	104.394	104.394
Credores por recuperação judicial	3.732	3.732	197.943	197.943
Arrendamento mercantil -				
locação de lojas	-	-	5.609	5.609
Outras obrigações	-	-	1.146	1.146

Métodos e premissas adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa – São definidos como ativos para gestão do caixa e representados por caixa e depósitos bancários, cujo valor justo se aproxima do valor contábil.
- Contas a receber de clientes, fornecedores e partes relacionadas – Saldo decorrentes diretamente das operações, cujos valores justos aproximam-se dos valores contábeis.

A Controladora divulga seus ativos e passivos financeiros ao valor justo com base nos pronunciamentos CPC 38, CPC 39 e CPC 40 (R1), que definem mensuração, reconhecimento, apresentação e evidência dos instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

Hierarquia do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os seguintes níveis:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos, que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e

Nível 3 – premissas para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se subjetiva.

Ativos e passivos da Controladora e do Consolidado, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2020:

	<u>Controladora</u>			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>121</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>121</u>
	<u>Consolidado</u>			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>28.603</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.603</u>

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A gestão dos negócios do Grupo Saraiva, nos âmbitos financeiro e operacional, é realizada por meio do único segmento denominado “Varejo”, correspondente ao negócio de varejo de livraria, artigos de papelaria e games.

29. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Representadas pelo resultado residual das operações do segmento editorial, vendido à Editora Ática S.A. em 2015.

Demonstração de resultados de operações descontinuadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro:

Notas Explicativas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Despesas operacionais	<u>(7.513)</u>	<u>(49.452)</u>	<u>(7.513)</u>	<u>(49.452)</u>
Prejuízo operacional	<u>(7.513)</u>	<u>(49.452)</u>	<u>(7.513)</u>	<u>(49.452)</u>
Despesas financeiras	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>
	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>
Prejuízo líquido antes do IR	<u>(7.513)</u>	<u>(49.453)</u>	<u>(7.513)</u>	<u>(49.453)</u>
IR diferido	<u>-</u>	<u>16.072</u>	<u>-</u>	<u>16.072</u>
Resultado das operações descontinuadas	<u>(7.513)</u>	<u>(33.381)</u>	<u>(7.513)</u>	<u>(33.381)</u>

O resultado de operações descontinuadas no consolidado de R\$7.513 (R\$33.381 em 31 de dezembro de 2019) é totalmente atribuído aos acionistas controladores.

Fluxo de caixa de operações descontinuadas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Caixa líquido utilizado em atividades operacionais	<u>(6.673)</u>	<u>(49.189)</u>	<u>(6.673)</u>	<u>(49.189)</u>
Caixa líquido das atividades de financiamento	<u>-</u>	<u>500</u>	<u>-</u>	<u>500</u>
Caixa líquido proveniente de operações descontinuadas	<u>(6.673)</u>	<u>(48.689)</u>	<u>(6.673)</u>	<u>(48.689)</u>

30. COBERTURA DE SEGUROS

A Administração da Controladora e do Varejo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Coberturas dos seguros contratados:

Notas Explicativas

	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Lucros cessantes	40.000	150.000
Incêndio - importância máxima	27.812	126.297
Responsabilidade civil - conselheiros, diretores e administradores - importância máxima	50.000	50.000
Responsabilidade civil geral - importância máxima	2.000	2.000
Veículos - apenas responsabilidade civil - importância máxima		
Transporte internacional	-	300
Execução fiscal	112.321	106.336
Roubo e furto	1.105	11.650
Riscos gerais	16.280	6.980

31. PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A Administração da Companhia apresentou em 23 de novembro de 2018 pedido de recuperação judicial, cujo Plano foi aprovado em AGE de 29 de agosto de 2018, como forma de enfrentamento dos impactos da crise econômica sobre o mercado editorial. O pedido de recuperação foi deferido e a administradora judicial nomeada em 26 de novembro de 2018. Em 1 de agosto de 2019, foi juntada ao processo a revisão do Plano de Recuperação Judicial Original (“PRJ”), apresentado em 4 de fevereiro de 2019, tendo sido homologado em 4 de setembro de 2019. Diante da recorrente dificuldade para geração de caixa das atividades operacionais, agravada pelos impactos da pandemia do Coronavírus sobre o ciclo de vendas do Varejo, com redução drástica do faturamento, a Administração da Companhia e sua controlada submeteu, em 3 de julho de 2020, o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial Original (Plano Aditivo) à aprovação da Assembleia Geral de credores e à homologação judicial. O aditivo ao Plano de Recuperação Judicial (Plano Aditivo) protocolado no dia 03 de julho de 2020 foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 26 de fevereiro de 2021 e homologado em 5 de março de 2021. O Plano Aditivo está devidamente amparado por laudo de viabilidade econômica e laudo de avaliação dos bens e ativos, apresentados nos autos da Recuperação Judicial.

O Plano Aditivo aprovado objetiva viabilizar o pagamento aos credores e o sucesso do processo de recuperação judicial, garantindo a manutenção da fonte produtora, o emprego dos colaboradores, o cumprimento da função social das atividades e o estímulo à atividade econômica do País.

Como alternativa para viabilizar a liquidação de parte substancial do passivo, o Plano Aditivo prevê três medidas: i) a reestruturação do passivo; b) a preservação de investimentos considerados essenciais para a continuidade operacional; e iii) a alienação de Grupos de Unidades Produtivas Isoladas – UPI’s, quais sejam, operações de Lojas – UPI Lojas; operação de e-commerce – UPI Site; e operações de Lojas e Site – UPI Mista, de acordo com os termos estabelecidos no referido Plano.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2020, o montante da dívida consolidada está composto como segue:

Classes	Não		Total
	Circulante	Circulante	
Classe I	3.772	1.086	4.858
Classe III	30.627	204.102	234.729
Classe IV	-	5.271	5.271
Subclasse fornecedores incentivadores	2.670	68.266	70.936
Subclasse fornecedores estratégicos	264	20.427	20.691
Subclasse fornecedores locadores	3.679	-	3.679
Total	41.012	299.152	340.164

Os empréstimos com o Banco do Brasil no montante de R\$142.221 (R\$133.608 em 31 de dezembro de 2019), estão incluídos na Classe III e são apresentados nas demonstrações consolidadas na rubrica Empréstimos e financiamentos.

Movimentação no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020

	31/12/19	AVP	Pagamentos	Baixa por			Outros	31/12/20
				meio de bônus de subscrição/ aumento de capital	Juros incorridos			
Dívida	679.455	-	(8.406)	(64.834)	12.974	3.203	622.392	
Ajuste a valor presente	(290.742)	8.514	-	-	-	-	(282.228)	
	<u>388.713</u>	<u>8.514</u>	<u>(8.406)</u>	<u>(64.834)</u>	<u>12.974</u>	<u>3.203</u>	<u>340.164</u>	

A íntegra do Plano Aditivo aprovado com as demais condições e formas de execução, onde poderão ser compreendidas de forma mais abrangente todas as disposições e condições estabelecidas para o pagamento dos créditos da recuperação judicial da Companhia e do Varejo foram disponibilizadas na página de Relações com Investidores da Companhia (<http://www.saraivari.com.br>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>).

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em janeiro de 2021, foram encerradas as operações da loja Mega Morumbi.

Em Assembleia Geral de Credores realizada em 26 de fevereiro de 2021 foi aprovado o Plano Aditivo do processo de recuperação judicial, cuja homologação foi em 5 de março de 2021.

Em 17 de março de 2021, fomos formalmente notificados pela Diretoria da Administração Tributária do Estado de São Paulo, sobre o deferimento do crédito acumulado de ICMS no montante de R\$65 milhões.

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Negativa de Opinião

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da

Saraiva Livreiros S.A. – Em Recuperação Judicial

São Paulo – SP

Abstenção de Opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Saraiva Livreiros S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas da Saraiva Livreiros S.A. – Em Recuperação Judicial, pois devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Base para abstenção de opinião

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional e os efeitos do aditivo do plano de recuperação judicial na realização dos ativos e liquidação dos passivos

Em decorrência do não atendimento do plano de recuperação judicial anteriormente aprovado pelos credores, em 03 de julho de 2020, a Companhia apresentou um aditivo do plano de recuperação judicial que, dentre outros aspectos, prevê que a viabilidade econômica da Companhia dependerá da aprovação pelos credores de um novo cronograma de amortização da dívida e da alienação de certas Unidades Produtivas Isoladas – UPI (“Site”, “Lojas” ou “Misto”), sendo que os recursos a serem obtidos nesse processo de alienação, deverão ser utilizados para amortização de parte do endividamento existente e reforço de caixa da Companhia. Este aditivo do plano de recuperação judicial foi aprovado em assembleia geral de credores dia 26 de fevereiro de 2021 e homologado em 5 março de 2021.

A viabilidade econômica da Companhia apresentada nesse aditivo do plano de recuperação judicial levou em consideração certas premissas de expectativa de faturamento, geração de caixa, ajustes de custos, entrada de recursos no caixa da Companhia e amortização parcial da dívida decorrentes dos recursos a serem obtidos no leilão das UPIs.

Até a presente data, não tivemos como realizar procedimentos de auditoria sobre a viabilidade econômica deste aditivo do plano em virtude do mesmo depender do sucesso da venda das UPIs por meio de leilão a ser agendado pela Companhia e atingimento das metas de vendas e custos orçados no qual poderão ter diversos cenários uma vez que o plano prevê a possibilidade de venda das UPIs de diversas formas (“Site”, “Lojas” e “Misto”). Adicionalmente, as operações da Companhia tem sido significativamente impactadas pela redução das vendas em decorrência da pandemia do COVID-19 e, a partir de meados de março de 2021, ocorreu o fechamento temporário de diversas lojas físicas, devido a entrada em vigor da nova fase vermelha, implementada pelas autoridade governamentais, objetivando reduzir os índices de contaminação da pandemia do Covid-19. Ainda não é possível avaliar o impacto sobre o plano de viabilidade econômica aprovado no atual plano de recuperação judicial.

Em decorrência desse assunto a Companhia deverá apresentar redução significativa nas vendas futuras, impactadas pelo menor número de lojas e/ou vendas on-line em virtude da alienação desses ativos conforme previsto no aditivo do plano de recuperação judicial e, neste contexto, a Companhia deverá atualizar o teste de impairment de certos ativos os quais poderão não mais serem realizados por meio de suas operações, bem como deverá efetuar a baixa do direito de uso e das respectivas obrigações das eventuais lojas objeto de alienação. Também deverá efetuar a revisão de suas dívidas com os credores, com objetivo de reestabelecer um novo fluxo de pagamentos, que será estabelecido com a conclusão do processo de leilão das UPIs, sendo que esses efeitos ainda não são factíveis de serem estimados e, portanto, não foram reconhecidos nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Adicionalmente, até a emissão de nosso relatório, a Companhia apresentava em 31 de dezembro de 2020, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 545.074 mil (controladora) e R\$ 545.119 mil (consolidado), capital circulante líquido negativo de R\$ 5.834 mil (controladora) e R\$ 68.252 mil (consolidado) e prejuízo do exercício de R\$ 419.595 mil (controladora) e R\$ 419.628 mil (consolidado).

Considerando todos os fatores acima os quais envolvem diversas rubricas no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, resultando em um cenário de diversas incertezas, e efeitos pervasivos sobre as referidas demonstrações contábeis, nos levaram a não nos permitirmos neste momento, concluir quanto a eventuais ajustes de redução ao valor recuperável dos ativos e quais seriam os ajustes nos passivos devido a este cenário, bem como concluir que o pressuposto de continuidade operacional e a correspondente base para a elaboração dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas seriam apropriados.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Fomos contratados para aplicar os mesmos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia acima referidas, com o objetivo de avaliar também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações do valor adicionado individual e consolidada, pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações do valor adicionado individual e consolidada tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

São Paulo, 26 de março de 2021

Rafael Dominguez Barros

CT CRC 1SP-208.108/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o Conselho de Administração declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 26 de março de 2021

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o Conselho de Administração declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis, Individuais e Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 26 de março de 2021